

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2018

1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE OUTUBRO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima Sequeira Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *José Miguel Romão Cunha*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito bom dia a todos. Dado já se verificar quórum na sala, vamos dar início à continuidade da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sob a forma de Reunião Extraordinária assim determinado em Comissão Permanente, dada alguma ambiguidade da Lei sobre os moldes em que esta mesma Reunião devia ser apresentada.

Foi uma decisão unânime, uma decisão a que a Comissão Permanente deu aval e dado que é uma comissão de aconselhamento da Mesa da Assembleia, eu segui sem restrições algumas.

Assim sendo, antes de avançar, tenho um pedido da NTV Mirandela, no sentido de lhe ser permitida fazer a cobertura jornalística da Sessão. Não é a gravação da Assembleia, é a cobertura jornalística. Dado não estar na posse Jurídica dos Direitos neste momento, pois este pedido aconteceu ontem à noite, para não querer cometer erros, penso que a melhor forma será perguntar à Assembleia se veem algum inconveniente em que tal cobertura seja feita.

Pedia, por favor, que se pronunciassem sobre esse assunto. Alguém vê algum inconveniente na cobertura jornalística? Temos uma pessoa.

Não vamos dizer porquê, se não vamos entrar em diálogo e vamo-nos atrasar.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:** Bom dia a todos. Peço imensa desculpa, mas não estava atento como deveria estar, tenho só uma dúvida. O pedido de cobertura jornalística é só para esta Assembleia ou é para todas as Assembleias daqui para a frente?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Aquilo que presumo, é um direito jornalístico fazer a cobertura das Assembleias Municipais. Como lhe digo, o pedido chegou tarde, não tenho na “mão” meios para dar uma resposta e estou a solicitar ajuda para não cometer erros. Portanto, não veem inconveniente? Podemos então permitir, Senhor Jornalista.

Da última vez, como sabem, precisamente por não ter dados, interrompi essa cobertura. O Senhor Jornalista ficou ofendido, com certeza, porque se viu lesado nos seus direitos e não quero cometer a mesma gafe.

Muito obrigado.

Vamos dar início à Sessão Extraordinária.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público, Comunicação Social, bom dia a todos.

Relativamente às habituais informações, apenas neste caso, quanto à mobilidade desta Assembleia Municipal de Mirandela foram aceites todas as justificações e foram feitas as substituições dos seguintes Membros Municipais:

A Senhora Deputada *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa* é substituída pelo Senhor Deputado *José Ferreira*. O Senhor Deputado *José Trovisco* é substituído pelo Senhor Deputado *Mário da Cunha Pereira*. O Senhor Deputado *Nuno Magalhães* é substituído pelo Senhor Deputado *Luís Pereira*. A Senhora Deputada *Rita Messias* é substituída pelo Senhor

Deputado *Fábio Correia*. O Senhor Deputado *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Deputado *Hélder Castelo*. O Senhor Deputado *Rui Melo* é substituído pela Senhora Deputada *Rute Medeiros*.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Antes de seguir o ponto um da Ordem do Dia passo a informar mais duas situações.

Relativamente ao diminuto período temporal decorrido entre as duas Reuniões consecutivas, tornou-se humanamente impossível proceder à conversão de áudio em texto, pelo que não existe Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 28 de setembro, no entanto, dada a justificação apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, relativa ao encerramento antecipado desta Sessão que irá fazer parte integrante da Ata antes de introduzir o ponto um da Ordem do Dia.

Produzo a decorrente explanação aos Senhores Deputados Municipais para que conste: De acordo com o artigo 7.º, ponto 1, alínea f) do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, sob a asserção: Competências do Presidente da Assembleia Municipal, compete ao Presidente da Assembleia Municipal: “Suspender ou encerrar antecipadamente as Reuniões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na Ata da Reunião.”

Por conseguinte, face à deliberação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela de encerrar antecipadamente a 4.ª Sessão Ordinária do dia 28 de setembro, como supracitei, para que conste em Ata, informa-se o seguinte: A Sessão foi encerrada antecipadamente por falta de quórum, falta esta, provocada pela retirada da sala por parte dos membros da bancada do PSD, sem que tal ausência em bloco fosse comunicada à Mesa.

A Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela assistiu a esta ocorrência com grande surpresa.

Pese embora, quinze minutos antes, o Líder da bancada do PSD, Senhor Deputado *Paulo Pinto* expressasse a vontade de cometer tal ato, de acordo com comunicação deste à Mesa nos seguintes termos: “Tendo em conta as dúvidas e as posições aqui assumidas, a bancada do PSD, se não for retirado este ponto da ordem de trabalhos e fazendo votos que daqui a três meses estamos todos aqui a resolver este problema, nós vamo-nos ausentar da sala”. A Mesa da Assembleia não entendeu esta ameaça como elucidativa.

Considerando ainda, a decisão legítima da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela em não acatar a solicitação do Senhor Deputado, a Mesa da Assembleia pressupõe que a retirada da sala se correlaciona com a citada ameaça, ora tal incidente veio provocar um impasse irreversível no decurso já longo dos trabalhos.

Perante a plangente situação irregular e não prevista no Regimento assumida por parte dos elementos da bancada do PSD, não restou outra alternativa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, senão o encerramento da Sessão.

Postas estas informações, informo os Senhores Deputados que este ponto não tem intervenções. É um ponto de informações e naturalmente, este ponto irá ser discutido na apresentação da Ata na próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, no entanto, se entenderem fazer alguma explicação relativamente a esta informação ou outros assuntos, podem fazê-lo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Isto é uma antecipação de uma declaração que tem que fazer parte integrante da Ata. A Ata não está a ser discutida, no entanto, se os Senhores Deputados entenderem querer discutir esta questão, terei todo o gosto em dar-vos explicações complementares, responder às vossas perguntas e ouvir-vos. Isto foge àquilo que é a Ordem de Trabalhos da Assembleia.

Vejam, não temos um Período de Antes da Ordem do Dia, se o Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* quiser fazer uma pergunta rápida, faça, mas eu vou responder e daí em diante, não sei quando iremos terminar. Estão a ver a minha questão? Mesmo assim, pretende falar, faça o favor Senhor Deputado.

Atenção, para mantermos alguma ordem, vamos abrir uma exceção. Só os Líderes das bancadas é que vão poder fazer comentários sobre este assunto, num período máximo de cinco minutos, tal como eu também vou responder num período igual, não havendo direito a contrarrespostas nem Defesas da Honra, porque senão vamos alongar todo este processo, que à partida já deveria ter terminado.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, muito bom dia. Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Público presente e Comunicação Social.

Esta minha intervenção visa interpelar a Mesa.

Senhor Presidente, a Assembleia Municipal do dia 28 de setembro, foi uma Sessão atípica, tendo em conta a forma como se desenrolaram os trabalhos, os factos ocorridos e sobretudo a forma como ela terminou.

A primeira parte da minha intervenção, é precisamente sobre a forma como terminou a última Assembleia. Permita-me que lhe faça uma questão muito direta.

Qual o motivo principal que o fez concluir, que teria de terminar os Trabalhos da Assembleia precisamente naquele ponto da Ordem de Trabalhos? A esta pergunta desejávamos obter da sua parte, uma resposta clara e objetiva.

O grupo Municipal do PSD sente a necessidade de lhe colocar esta questão, por verificar que no final da Assembleia a explicação que deu aos presentes, não é a mesma que proferiu à Comunicação Social, quer escrita, quer filmada, assim como na Comissão Permanente.

A segunda parte da minha intervenção versará sobre factos ocorridos no decorrer dos Trabalhos na mesma Assembleia, que importa relatar. O Decreto-lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina e regula como deve funcionar o Órgão da Assembleia Municipal. Este Decreto-lei, determina as competências dos vários Órgãos e Intervenientes. Assim, a última Sessão da Assembleia Municipal, de acordo com o Decreto-lei, anunciado, nem sempre foi conduzida no cumprimento do mesmo.

Senão vejamos:



1. Senhor Presidente, começa na convocatória. Não pode apresentar uma convocatória tão extensa, sabendo a importância dos pontos em agenda, que levaria aos trabalhos da Assembleia a prolongarem-se fora de horas;
2. Enviar documentos para análise, apenas dois dias antes do dia da Assembleia é manifestamente pouco tempo para a realização dos mesmos;
3. Senhor Presidente, no ponto de maior discussão - ponto 4.7 - Declaração de Nulidade do Protocolo celebrado com a ACIM, num ponto tão importante, porque não enviou os documentos necessários, tendo em conta a importância do assunto?;
4. Por determinação do art.º 29.º, alínea d), do Decreto-lei 75/2013, de 12 de setembro, onde diz que, “compete à Mesa verificar a conformidade legal das propostas” e, de facto, o Senhor Presidente fez algum trabalho prévio neste sentido, tendo igualmente manifestado as mesmas dúvidas que as da bancada do PSD, então, porque não retirou o ponto da Ordem de Trabalhos?;
5. Não devia este ponto ser de apreciação e não de votação, tendo em conta que ilegalidades só o Tribunal tem competências para o efeito?;
6. Senhor Presidente, foi-lhe transmitido pelos elementos desta bancada, que na ausência de documentos, não saberíamos orientar o nosso sentido de voto, se contra, se a favor ou pela abstenção e, verificados os seus apelos, junto da Senhora Presidente, que foi intransigente na retirada do ponto, só restou uma posição aos membros da bancada do PSD, se ausentarem da sala no momento da votação, procedimento permitido pelo Regimento desta Assembleia;
7. Se tal procedimento não é proibido pelo Regimento, porque deu por terminados os Trabalhos? Justificou aos presentes e à Comunicação Social que terminou a Sessão por falta de quórum e que a culpa era dos elementos do PSD, havendo igualmente membros do PS que faltaram também à Sessão Final da Assembleia Municipal. Como é possível, Senhor Presidente, proferir tais declarações, que são de todo incorretas, e permita-nos a expressão, “aproveitadoras”. Aliás, à Comunicação Social escrita, nomeadamente ao Mensageiro de Bragança, disse que terminou a Assembleia, porque “os Políticos quiseram”. Quais políticos, Senhor Presidente?

O Senhor Presidente, só podia terminar a Assembleia por falta de quórum, mas para tal, teria que iniciar o ponto seguinte, e então, sim, não havendo quórum na sala, obteria uma justificação para terminar a Assembleia Municipal.

Como se justifica assinatura de presenças no final da Assembleia Municipal quando foi declarado falta de quórum na mesma?

Senhor Presidente, é verdade que compete ao Presidente da Mesa abrir e terminar as sessões, conforme alínea c), do art.º 30.º do Decreto-lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, contudo, devemos apresentar uma justificação plausível e que constará na Ata, como assim o esperamos e assim o irá fazer;

Mas, continuamos com mais dúvidas que gostávamos de ver respondidas pela Mesa, nomeadamente sobre o funcionamento da Assembleia que terminou abruptamente. Senhor Presidente, teria ou não a obrigatoriedade de reiniciar os trabalhos do dia seguinte ou num prazo de 48 horas?

Esta Assembleia é de continuidade, conforme convocatória ou extraordinária conforme a mesma convocatória, ou devia ser a Segunda Sessão da Assembleia de 28 de setembro?

Conforme o mesmo Decreto-lei, na alínea d), do art.º 30.º, compete à Mesa dirigir os trabalhos e manter a disciplina das Sessões. Senhor Presidente, porque não garantiu suficientemente a ordem e a disciplina exigida nestas Reuniões, assim como evitar um ambiente hostil propiciador a que ocorressem ameaças entre alguns dos membros da Assembleia?

A par de tudo isto, aconteceram ainda outras coisas, onde a Assembleia saiu lesada.

Na discussão de um ponto, uma Deputada Municipal comunicou à Assembleia que se ausentaria no momento da votação do ponto, visto existirem conflitos de interesses. Muito bem! Mas para efeitos de constituição de quórum da Assembleia, apressou-se a regressar à sala e o Senhor Presidente, nada diz sobre este comportamento.

Sabia que foram captadas e divulgadas imagens sobre a Assembleia, depois de ter proibido que as mesmas fossem realizadas?

Senhor Presidente, conduzir os trabalhos de uma Assembleia, por vezes, não será fácil. O grupo Municipal do PSD reconhece as dificuldades existentes na condução dos trabalhos, na última Assembleia.

Estes últimos dias que mediarão entre estas Assembleias, sentimos um misto de satisfação por pertencermos a esta Assembleia e pelo trabalho realizado, mas também de alguma angústia, pelo ambiente instalado.

O grupo Municipal do PSD, manifesta-lhe todo o apoio na condução futura das próximas Assembleias, mas urge saber, de facto, quais os motivos que justificaram o encerramento dos trabalhos da última Sessão da Assembleia.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Espero não falhar alguns dos pontos, porque eu oiço mal, mas se assim acontecer e não os comentar é porque não os ouvi de facto.

Escutei com muita atenção o que foi referido, mas não ouvi, por parte do Senhor Deputado *Paulo Pinto* dizer onde é que a Mesa cometeu uma ilegalidade.

Aqui, devemos falar com verdade e com transparência.

De facto, a Reunião foi interrompida por falta de quórum provocada pela saída em bloco de grande parte da bancada do PSD. Faltavam outros elementos, claro que sim, neste momento também aqui faltarão porventura alguns elementos, mas o que provocou a falta de quórum foi a vossa saída, Senhor Deputado - primeiro ponto.

Segundo ponto: Quando está específico que uma bancada pretende conferenciar ou tomar decisão sobre um voto e pretende sair, deve comunicar à Mesa essa pretensão, até diz por escrito, mas eu abdicó disso. Não o fizeram, saíram “pura e

simplesmente” num ato de revelia. Num ato de revelia, porque antecipadamente tinha existido até uma ameaça de que se o ponto não fosse retirado, se ausentavam da sala.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto*, em nome da sua bancada ou de parte da sua bancada, disse à Comunicação Social: “O Presidente em declarações à Comunicação Social imputou a responsabilidade pelo encerramento antecipado da Sessão ao PSD”.

Não é verdade. Eu disse e vou citar-me a mim próprio: “O PSD contribuiu fortemente para que tal acontecesse”. Está gravado, é inegável, ninguém pode desmentir-me.

É diferente, porque para já, não foi o PSD todo e segundo, também sabemos que houve outros motivos que contribuíram para o encerramento. Alguns, pela positiva..., pelo facto de ter sido uma Reunião acesa, calorosa e com intervenções extraordinárias mas longas.

Outros, pela negativa, falo de alguns atrasos por parte da Mesa e do Executivo, contratempos que nunca são bons, mas que também aconteceram.

Mas pela negativa principalmente, a ação de alguns membros da bancada do PSD que criaram conflito, que nos obrigaram a fazer interrupção da Reunião e por fim, a saída em bloco de uma forma rebelde, sem informar a Mesa, de Deputados do PSD, à qual pressupomos, apenas e só, que era um abandono de “vez”.

Com certeza que era, porque vamos ser honestos, olho para vocês olhos nos olhos, o facto de saírem não me iria fazer “pular” o ponto em discussão..., se houvesse quórum dali a cinco minutos, eu iria colocar o ponto novamente à votação que ainda não tinha sido colocado. O que os Senhores Deputados voltavam a fazer? Voltavam a sair, naturalmente. Não?

Isto estou eu a pressupor, de qualquer modo, que aviso é que a Mesa teve de que os Senhores Deputados às 23h15m iriam voltar para debater quatro pontos que ainda faltavam..., assim como o Período de Intervenção do Público, etc.? Isso é uma desculpa, que me parece mal concebida.

Deixem-me dizer o seguinte: Nenhum de nós, nenhuma bancada, se pode querer substituir ao Executivo como o PSD tentou, dizendo: “se não se retira o ponto, vamos embora”.

Nós, olho para a bancada do PSD, não nos devemos querer substituir à Assembleia Municipal e ao Presidente, pensando pela cabeça deles, querendo determinar as coisas à nossa maneira e que funcione de acordo com o nosso pensamento.

Nós... e especialmente bancada do PSD, não devemos pretender substituir-nos ao Regimento, fazendo interpretações a nosso gosto e como nos convém.

Por fim, nós todos individualmente, não nos podemos querer substituir a uma bancada inteira, a uma Assembleia Municipal com 61 pessoas, pretendendo ser o “Todo”..., isto é incorreto.

Vou mais longe. No vosso comunicado à Comunicação Social, dizem também: “Foi uma decisão unilateral do Presidente da Assembleia Municipal”. Claro, não pode ser de outra maneira, pois é a ele que cabe esse direito.

Foi unilateral..., foi com certeza, aliás, é a única coisa que os Senhores dizem com razão e que eu concordo, porque o art.º 7.º, que a Senhora Secretária já leu, é muito específico..., é muito claro sobre esse poder de decisão.

Dizem também nesse comunicado: “A Sessão terminou de forma abrupta sem consulta prévia aos membros das bancadas e quando nada o previa”. O Presidente não tem que fazer uma consulta prévia aos membros das bancadas numa situação de encerramento desta natureza, só o deve fazer quando e para a continuidade das Reuniões. Quando se chega a uma hora tardia e é preciso dar continuidade no dia seguinte, aqui sim, chamam-se as bancadas para conferenciar e encontrar a melhor alternativa. Numa situação de encerramento por falta de quórum, o Presidente decide/determina, em função das causas.

Dizem também: “Quando nada o previa”. Nós todos somos crescidos, com certeza que sabemos que foi um jogo político, se calhar muito bem planeado pela vossa bancada e que eu aceito, pois em Política é assim, para conseguirem interromper a Tomada de Decisão sobre um ponto que vos incomodava. Tenho que aceitar isso.

Depois dizem também, e isto é que é grave: “Os membros do PSD declinam qualquer responsabilidade pela falta de quórum na sala”. Declinam? Então, a quem imputam a responsabilidade? Aos que se mantiveram presentes? Continuando... “Ausentarem-se da sala não é proibido pelo Regimento”. Não é? Vejamos o que diz o Regimento:

- “Requisitos das Reuniões - Das Sessões ou Reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada Ata onde se registam as presenças e ausências dos membros, dando estas lugar à marcação de falta”. Eu não o vou fazer, porque os Senhores Deputados até deviam segundo o Regimento, ter falta por terem saído. Isto está presente no artigo 14.º.
- Artigo 40.º - Voto: “Cada membro da Assembleia tem um voto. Nenhum membro da Assembleia presente pode deixar de votar sem prejuízo do direito de abstenção”. Sair, usava-se antigamente, quando não existia o ponto que vou referir a seguir.
- Artigo 46.º - Registo na Ata do voto de vencido - “Os membros da Assembleia podem fazer constar da Ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem. O registo na Ata do voto de vencido isenta o emissor deste, da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada”. Quando não existia este ponto, de facto, a única forma de não votar e não assumir responsabilidades era sair da sala, aí não havia lugar à abstenção, ao voto a favor ou voto contra. Este ponto veio salvaguardar isso. Seja qual for a decisão de uma Assembleia, a declaração de voto de vencido permite aos Deputados declinar qualquer responsabilidade sobre o resultado da votação.
- Artigo 63.º - Deveres - Constituem deveres dos membros da Assembleia, em matéria de funcionamento de Assembleia:
 1. “Participar em todas as votações”. (Não é abandonar a sala na hora da votação)
 2. “Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros”.
 3. “Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa da Assembleia”.
 4. “Contribuir, com a sua diligência, para o prestígio e eficácia da Assembleia Municipal.”
 5. “Comunicar à Mesa, por escrito, as saídas no decurso das Reuniões”.

Isto é o que diz o Regimento.

O PSD diz mais ainda no seu comunicado: “O PSD evitou que a Assembleia Municipal cometesse uma ilegalidade, pois é também opinião reiterada de viva voz pelo Presidente”.

Atenção ao contexto das coisas e às afirmações avulso sobre esta matéria. Está gravado, eu sei o que disse...

De certo modo também pretenderia ter mais informação, mas quando a Senhora Presidente da Câmara nos deu a explicação de que o que se pretendia era quebrar um Protocolo que aqui foi votado favoravelmente no passado, para depois acionar os mecanismos jurídicos necessários, pois sem que aconteça a anulação desse Protocolo pela Assembleia não pode exercer nenhuma ação..., foi o que eu entendi, enquanto não haja pronúncio desta Assembleia não pode fazer ação nenhuma, não pode denunciar um contrato nem terminá-lo.

Último ponto, sobre o qual hoje o Senhor Deputado *Paulo Pinto* voltou a insistir, já o havia feito no comunicado à Comunicação Social: “O Presidente da Assembleia devia ter procedido à retirada do Ponto... Não o fez por falta de coragem política”. Senhor Deputado *Paulo Pinto*, com a maior clareza que eu pretendo manter sempre nesta Assembleia e que eu sei que os Senhores também esperam de mim, sem ferir suscetibilidades, deixe-me dizer-lhe uma coisa. A Mesa, que foi sujeita a um ataque cerrado, não deve estar envolvida nestas escaramuças políticas..., porque a Mesa já fez prova suficiente de que não se deixa manipular por nenhuma bancada, nem sequer pelo partido pelo qual foi eleita. Já deu provas mais que suficientes disso mesmo, e atenção, ações políticas dessa natureza - de ter ou não coragem política - não cabem ao Presidente da Assembleia.

Mas o mais grave da vossa afirmação é o desconhecimento..., é que o Presidente da Assembleia não tem competência para tirar um ponto colocado à votação pelo Executivo..., nem que a Assembleia assim o determinasse por unanimidade. A retirada de um ponto cabe, única e exclusivamente ao Executivo. Se o Executivo quiser ouvir as razões, e por vezes deveria ouvi-las, não digo que não, será de vossa justiça fazer essa avaliação, poderá sim retirá-lo, melhorá-lo ou complementá-lo noutra Reunião.

Posto isto, onde é que eu fugi à Legalidade? Onde é que eu feri a Lei para ser acusado da forma que fui?

Eu não sou o vosso adversário político, meus Senhores, a Mesa não é um adversário, a Mesa é um elemento vosso que está aqui para deliberar, verificar, elaborar e encaminhar. Comete erros, naturalmente que sim, mas para evitar esses erros, os Senhores Deputados sabem muito bem que nos valem da Comissão de Aconselhamento onde estão representados todos os partidos. Raro é tomar-se uma medida, a não ser como aconteceu com o encerramento da Sessão anterior, sem ouvirmos estes nossos conselheiros. Tem havido unanimidade e consenso nas decisões e se há um erro, como falaram sobre Sessão Extraordinária ou não, o erro é de todos, porque colocamos a questão informando que nos faltava conteúdo jurídico e legal para determinar qual seria o melhor procedimento.

Não vou dizer mais nada sobre isso, mas é da vossa responsabilidade fazerem um exame de consciência.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Agostinho Beça (PS)* disse:** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente e Vereadores, caros Mirandenses, cumprimento todos em geral.

Inequivocamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pode suspender e encerrar as Sessões. Acho que não devem restar dúvidas quanto a isto.

Por outro lado, em nenhum momento, ouvi manifestações de vontade para regressarem à sala. Eu não ouvi.

Agora, apenas uma última nota muito breve e pode parecer um preciosismo, mas para mim o rigor deve ser sempre considerado. A Lei n.º 75/2013, não é um Decreto-Lei, é uma Lei.

Muito obrigado pela atenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Virgílio Tavares (CDS-PP)* disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e membros respetivos, Senhora Presidente da Câmara e Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Presidentes de Junta, Público em geral.

Depois daquilo que foi dito, acho que não vale a pena estarmos a demorar muito tempo. Só duas notas.

“Sessão atípica”. Sim, sabem porquê, não é preciso estar a referi-lo.

Na Comissão Permanente que reuniu logo a seguir, na segunda-feira, foi decidido remarcar estas Reuniões para esta data, portanto, não sei porque fazem interrogações a esse respeito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Da Ala dos Independentes há alguém que pretende usar a palavra? Referi que não iria existir contrarresposta, peço desculpa, mas vamos ter todo o tempo para debater isto com a calma que a questão exige e com o consenso que devemos pôr em todas as nossas decisões.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Estava previsto falarem apenas os Líderes dos Grupos Parlamentares. Posto isto e dadas as devidas justificações, passamos ao ponto um da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

1 - Declaração de Nulidade do Protocolo celebrado com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de setembro de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:

- 1 – Aprove declarar nulo o “Protocolo de Regularização de Propriedade” celebrado em 05 de outubro de 2015;**
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal;**
- 3 – Dar conhecimento do teor desta deliberação à Associação Comercial e Industrial de Mirandela.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Não temos espaço, gostaria muito de debater estes assuntos e poderemos debatê-los no decorrer do ponto “Outros Assuntos do Interesse do Município”, mas neste momento, não temos espaço, estando a incorrer numa ilegalidade se estivermos a colocar um Período de Antes da Ordem do Dia que não existe. Portanto, tenho todo o gosto em dar-vos as respostas e ouvir-vos, porque ao ouvir-vos eu aprendo, mas podemos passar isto para logo, para o ponto “Outros Assuntos do Interesse do Município”, porque isto é do interesse do Município. Então, quer a Senhora Deputada *Cristina Passas*, quer o Professor poderão intervir calmamente, porque iremos ter tempo para isso, penso eu. Peço desculpa, não vamos criar um espaço que nunca mais termina, pois temos que dar continuidade a estes pontos com as decisões que os Senhores Deputados entenderem e que aqui vão votar. Depois sim, teremos tempo para isto.

----- **A Senhora Deputada Cristina Gomes (PSD) disse:** Já vai abrir o ponto, Senhor Presidente?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Vamos votar já o ponto. Vamos abrir a votação relativamente ao ponto, se existir alguma Declaração de Voto, faz-se após a votação.

----- **A Senhora Deputada Cristina Gomes (PSD) disse:** Mas eu não quero estar presente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Não vai estar presente?

----- **A Senhora Deputada Cristina Gomes (PSD) disse:** Não. Bom dia. Dirijo-me a todos, visto que foi assim de repente...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Está a pedir autorização, está a comunicar que se vai ausentar da sala?

----- **A Senhora Deputada Cristina Gomes (PSD) disse:** Sim, por considerar que...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Autorização concedida.

----- **A Senhora Deputada Cristina Gomes (PSD) disse:** ... Por haver conflito de interesses.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Era só para dizer que tinha uma intervenção sobre o ponto e não usei, porque pensei que estávamos apenas a discutir a questão...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Ainda não introduzimos o ponto, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Isto é igual para todos, de facto, este tipo de ausência está prevista. Senhora Deputada, também é para comunicar que se vai ausentar?

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, Cristina Passas (PSD) disse:** Sim, exatamente. Terei uma intervenção para fazer, mas irei fazê-la mais tarde.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito bem, vamos registar esse facto. Agora sim, vamos dar lugar à intervenção da Senhora Presidente sobre o assunto e saber se nos traz algo de novo para este assunto tão polémico.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Bom dia a todos. Cumprimentar a Mesa, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, a Comunicação Social e o Público aqui presente.

É uma honra ter tantos Mirandenses aqui presentes, para nos ouvir e também participar civicamente da nossa Assembleia Municipal.

Dizia *Francisco Sá Carneiro*, “A Política sem risco é uma chatice e sem ética uma vergonha”. O percurso do nosso Sistema Democrático e os valores foram-se perdendo, tanto a nível ideológico como de princípios, de integridade moral e política. Muitos detentores de cargos políticos não contribuem efetivamente para que haja maior respeito, com evidente prejuízo para a credibilidade da política ou dos políticos. As palavras não são minhas, mas nada melhor do que todos refletirmos sobre estas situações.

Somos todos responsáveis pela credibilidade dos órgãos que representamos, temos essa obrigação perante os eleitores e perante os Mirandenses, por isso, concordo com *Francisco Sá Carneiro*, que é uma vergonha a falta de respeito na política. Obrigada a todos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Neste caso, existe alguma interpelação à Mesa a propósito do comentário da Senhora Presidente? Têm esse direito. Mais uma vez, vamos deixar este espaço apenas para

o líderes das bancadas, porque senão, temos novamente um tempo dilatado. Dou a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pinto* para se pronunciar sobre o que a Senhora Presidente acabou de anunciar.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, uma vez mais.

Senhora Presidente, a bancada do PSD concorda plenamente com aquilo que disse. A falta de vergonha por parte de alguns dirigentes, e a começar por cima, tem sido por de mais evidente, de há uns tempos a esta parte. Senhora Presidente, não são só as palavras pontuais e circunstanciais que porventura ferem a Democracia, é também o *modus operandi*, onde se acusa tudo e todos para efeitos políticos e que depois não se conseguem provar, nem proceder de acordo com aquilo que foram acusados. Há candidatos das listas do PSD que não passaram de “bestial” a “bestas”, só porque perderam as eleições, foram enxovalhados na praça pública pela Senhora Presidente.

Sobre *Francisco Sá Carneiro* é verdade, concordamos consigo e estamos aqui todos a fazer um esforço para de uma vez por todas, tomarmos uma atitude responsável, porque é isso que os eleitores exigem de nós. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Paulo Pinto*, passamos então à votação do ponto 1 - Declaração de Nulidade do Protocolo celebrado com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela. Votos contra?

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Senhor Presidente, pelo amor de Deus eu faço uma interpelação à Mesa.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Está a votação o ponto que já foi discutido na Reunião Anterior, estamos a reiniciar exatamente onde terminamos, tal como a Senhora Secretária diz, quem vota contra este ponto?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Votos contra? Abstenções? Votos a favor?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Desculpem, estamos novamente a fazer a recontagem. Quantos Deputados estavam presentes na sala?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Cinquenta e três.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Cinquenta e três. Quero com isto dizer que a Proposta do Executivo foi aprovada por maioria.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Com 29 votos a favor.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** E agora, antes de passar a palavra, vou fazer um pedido para as coisas na Assembleia passarem a correr de outra forma. Vou pedir ao meu estimado amigo, companheiro de bancada, Senhor Deputado *António Figueiredo* o seguinte: eu sei que o Senhor tem vontade de expressar opiniões e faço-lhe o seguinte desafio, se o Senhor quiser, vai ali, fale e diga tudo o que tem a dizer, esteja meia hora, eu assumo essa responsabilidade, mas depois não interrompa e cumpra com aquilo que são as regras desta Assembleia, por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Obrigado Senhor Presidente. Para mim, o Senhor tem sido uma pessoa capaz, não tenho nada contra as suas atitudes. Bom dia também aos Senhores Secretários, bom dia à Senhora Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores.

Senhora Presidente, falar de *Sá Carneiro* é muito fácil, a Senhora nem o conheceu, infelizmente. Dizia *Sá Carneiro* também, “Em primeiro lugar estão as pessoas, em segundo lugar está o povo e em terceiro lugar estão os partidos”. Para a Senhora Presidente, em primeiro lugar está o partido, o partido que a Senhora perfilhou e a sua retórica política é uma retórica política sem conteúdo político, é um conteúdo amorfo que está no armário, que tem esqueletos. Aquilo que se diz e olhe para o seu líder parlamentar, para o seu Primeiro-Ministro, aquilo que ele diz e depois aquilo que ele não faz. Eu estou a vê-la exatamente igual a ele. Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Obrigado Senhor Deputado. Agradeço as suas palavras e a forma como o fez, porque isto sim é maneira de estarmos na nossa Assembleia, sem ofensas, sem elevações de voz, sem insultos e sem ferir a personalidade de cada pessoa. Dou a palavra, já antes estava..., vou seguir a linha para intercalar aqui as bancadas, ao Deputado *Agostinho Beça*, só para intercalar, entendam.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Agostinho Beça* (PS) disse:** Não é propriamente uma intervenção, é uma interpelação à Mesa para perguntar se ainda será oportuno a intervenção que eu tinha preparada sobre o ponto que acabou de ser votado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Penso que não, a questão está ultrapassada. Já estamos sob reflexos do efeito da votação. Sendo assim Senhor Deputado *Paulo Pinto* faça o favor intervir.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de voto de vencido

Os Deputados Municipais abaixo assinados, declaram que utilizaram o voto de vencido, no ponto 1 ao abrigo do artigo 60.º alínea 3) do Regimento da Assembleia Municipal pelas seguintes razões:

- Não foi distribuído o parecer jurídico, o protocolo celebrado de 25 de setembro de 2015, entre a Câmara Municipal e a ACIM e o ofício da ACIM em 2018, a solicitar a reformulação do referido protocolo anteriormente celebrado, sendo assumido igualmente pela ACIM e ser necessário clarificar e quantificar corretamente os fundamentos dos valores plasmados no protocolo.
- Por entender que a culpa é em grande parte da Câmara Municipal que não deu cumprimento ao protocolo celebrado entre as duas entidades em 1996, não regularizando o registo em propriedade horizontal do mercado.
- Não foi explicado qual a razão, pela qual a Câmara Municipal em 19 de julho atribuiu um subsídio à ACIM e logo na Assembleia Municipal seguinte vem pedir a anulação do protocolo.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigado. Mais uma vez, parabéns, este é o funcionamento correto da Assembleia. Dou a palavra agora ao Senhor Deputado *Jorge Pires*, faça o favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de voto de vencido

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Vereação, caros Colegas Deputados Municipais, Público em Geral e Comunicação Social.

Vou fazer aqui uma Declaração de Voto, muito rápida, de voto vencido, dizendo o seguinte: eu fui dos indivíduos que fiquei na sala, não me ausentei e não me ausentei porque não me tinham dado a oportunidade de fazer a minha declaração, que é aquilo que eu queria dizer sobre esta matéria. Na altura o Senhor Presidente disse a Sessão está terminada já não há intervenção. Pensava eu que com o início deste ponto novamente ia ser dada oportunidade a algumas pessoas de se poderem manifestar. Não foi, foi uma decisão que a Mesa tomou e eu admito-a. Eu se o Senhor Presidente permitir, muito resumidamente, iria dizer qual era a minha intervenção na altura. Como todos sabem, toda esta situação surgiu porque houve falta de elementos para as pessoas votarem. Isto é um parecer jurídico que a Câmara disse que tinha sobre esta matéria. Nós não tínhamos esse parecer e portanto, não tínhamos em consciência forma de votar. Depois durante a Sessão foi dada aqui uma oportunidade à Senhora Presidente para reformular o seu pedido, isto é, a Senhora Presidente propõe a nulidade do processo, há sérias dúvidas se esta Assembleia tem poderes para fazer isso, para considerar nulo este acordo, e isto porquê, não é o Tribunal que pode considerar nulos os acordos? Se calhar nós estamos aqui a tomar uma decisão que não tem qualquer validade. Este era um ponto. E considerando isto foi dada a oportunidade por forma a que se atingissem os mesmos objetivos, à Senhora Presidente de em vez de considerar a nulidade, rescindir o contrato, com base no não cumprimento do protocolo e isto não oferecia qualquer dúvida e a Senhora Presidente atingia os mesmos objetivos. A pergunta que eu tinha para fazer na minha intervenção, era: qual a razão, porque é que não é aceite esta sugestão que foi dada da rescisão do contrato e considerar o contrato nulo? Parece-me que se atingiam os mesmos objetivos. Eu não faço a pergunta à Senhora Presidente, visto que já não tenho oportunidade de lha fazer, mas gostaria de obter uma resposta, porque é que se optou por uma situação que é quase de certeza ilegal e não se foi por uma que é de certeza absoluta legal, que é a rescisão do contrato por incumprimento.

Muito Obrigado.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigada Senhor Deputado, Senhor Deputado *Jorge Humberto* faça o favor de intervir.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:** Bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Câmara Municipal e Público.

Senhor Presidente, eu também queria ter acesso não só ao Parecer Jurídico que levou a que o anterior Executivo tivesse votado a favor do negócio, da compra ou da possível compra do pavilhão e da ACIM, e também queria ter acesso ao Parecer Jurídico que agora, fez com que os Deputados não quisessem votar, pela razão de ele não ter existido.

Sugeria e fazia um pedido ao Executivo que fosse enviado à bancada da CDU quer o Parecer Jurídico que levou o anterior Executivo a fazer o Protocolo com a ACIM, quer agora o atual Parecer Jurídico que a Câmara Municipal, que agora este Executivo fez a rescisão desse contrato. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Eu pergunto ao Deputado *Agostinho Beça*, se o assunto ainda tem a ver com o ponto que foi votado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Claro que sim, vou explicar porque votamos a favor.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Com certeza, será então uma Declaração de Voto, mais uma.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Será o que entenderem.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Tem três minutos apenas para fazer a declaração de voto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de voto

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Secretários, Senhora Presidente, estimados Mirandelenses.

Para melhor entendermos esta questão, teremos de recorrer à Ata da Assembleia Municipal de 25 de setembro, que passo a resumir em poucas palavras: A oposição da altura, CDS-PP, CDU e PS, manifestaram desde logo sérias reservas quanto a todo o processo e ao Protocolo a celebrar com a ACIM. O próprio Presidente da Câmara assume e cito «há questões que estão de alguma forma bastante confusas e que devia haver nova avaliação», citei. Foi pedida a retirada da proposta e recusada, e foi também abordada a questão de alguns dos presentes se encontrarem impedidos de intervir no processo, mas votaram, e hoje correctissimamente não o fizeram. De toda esta troca de impressões resulta perceber-se, que a ACIM construiu em terreno alheio. A ACIM pretende cobrar à Câmara o valor da sede que anteriormente lhe tinha sido cedida. A ACIM está falida porque a Câmara a “empurrou”, digamos assim, para essa situação. Ora vejamos: não está em causa, nem nunca esteve a bondade das intenções do anterior Executivo em propor uma solução para resolver o prolema da ACIM. O que está em causa é a forma de o fazer. Um Protocolo extremamente confuso e difícil de explicar e, por consequência, de difícil leitura e interpretação. Concluindo, neste momento o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, realço que com o voto de abstenção dos Vereadores da Oposição, sobre esta proposta na Reunião de Câmara, pretende ajudar a resolver a situação da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, mas cumprindo todos os requisitos legais exigíveis. O que só poderá acontecer se este protocolo for anulado.

Muito obrigado pela Vossa atenção.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Eu peço desculpa, Senhora Deputada *Patrícia Bernardo* não use a Câmara por favor, temos feito essa recomendação a várias pessoas, não se deve gravar a Assembleia de forma alguma.

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Bernardo (PS) disse:** Está bem.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigado Senhor Deputado, findas que estão então todas as Declarações de Voto e as justificações que entenderam efetuar, passamos de imediato para o ponto 2 da Ordem do Dia - Alienação da Participação do Município no Hospital Terra Quente. Sobre este ponto pergunto quem se quer inscrever?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Peço desculpa, não estou a perceber Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:** Já se fizeram aqui intervenções, eu estou na disposição, se assim o permitir, não é para votação, mas para esclarecimento do que se passou com a sede da ACIM. É um esclarecimento que eu queria dar antes para as pessoas votarem em consciência. Não me deixaram, porque o Senhor Presidente decidiu e mal, que só os grupos Parlamentares é que poderiam falar. Aos Deputados não lhes pode ser cortada a palavra, eu acatei, mas já ouvi aqui coisas e nas Declarações de Voto, que muitas vezes não estão corretas. Eu acho que até a Senhora Presidente deve ter atenção. Quero simplesmente dizer o que se passou sobre isto, não é para influenciar ninguém.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Senhor Deputado, na Reunião anterior houve um período de discussão sobre esse ponto. O Senhor não quis dar essa explicação e teve todo o direito de a dar. Depois do voto é que vem com a justificação por voto de consciência de cada um? Com todo o respeito que tenho a um Senhor Ex-Presidente da Assembleia, Deputado que está aqui há dezenas de anos, mas entenda, isto é um assunto do passado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:** Correto, Senhor Presidente. Eu acato a ordem, sempre acatei. Só lhe vou dizer uma coisa, Senhor Presidente, a decisão que aqui foi tomada, levada ao rigor é ilegal.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor, 3 abstenções e 21 votos contra, aprovar a Declaração de Nulidade do Protocolo celebrado com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

2 - Alienação da Participação do Município no Hospital Terra Quente (HTQ).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de setembro de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Proposta de Alienação da Participação do Município no Hospital Terra Quente (HTQ);
- 2 – Aprovar a abertura de procedimento concursal, com vista à alienação das ações detidas pelo Município de Mirandela no Hospital Terra Quente, SA.;

3 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigado Senhor Deputado, repito então que passamos ao ponto 2 da Ordem do Dia - Alienação da Participação do Município no Hospital Terra Quente. Sobre este ponto, tenho já a inscrição do Senhor Deputado *Jorge Pires*.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:** Muito bom dia. A Mesa, até ao momento, regista quatro inscrições.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Passo a chamar pela ordem já habitual, Senhor Deputado *Jorge Pires*, faça o favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Vereação, Caros Colegas, Comunicação Social e Público em geral.

Não podia deixar de intervir num ponto em que estava a questão da saúde, faz parte do meu passado a ligação a este setor, portanto, tinha mesmo que intervir.

Primeiro que tudo para dizer que não tenho oposição nenhuma à venda deste património, isto é, a Participação no Hospital Terra Quente. Certamente, na altura em que foi decidido participar, houve motivos ponderosos, houve razões extremamente válidas, passarei a mencionar uma ou duas: poder a Câmara ajudar na criação de novos empregos em Mirandela e não temos assim tantas oportunidades em terras do interior, em ter novos empregos. Ter uma palavra a dar em termos de política de saúde numa terra, em que como sabemos, há uma degradação clara das Instituições Públicas, mas quero fazer aqui uma ressalva, também. Muito se diz e por vezes, não corresponde à verdade.

Sei que tem existido uma degradação a nível nacional da saúde, uma delas é a falta de financiamento. Todos sabem que se modificou o financiamento às instituições de saúde indo para um sistema de *per capita*, o que é terrivelmente errado, porque eu com isso estou a contribuir, se eu vou pelo *per capita* e não pela produção que as unidades têm, posso fazer com que os hospitais não trabalhem, não nos é exigido responsabilidade.

Como sabem, antigamente, o sistema de financiamento das unidades de saúde era feito pelo chamado “Orçamento Histórico”, quer trabalhassem, quer não trabalhassem era norma ter um Hospital de Santa Maria 60 milhões de contos, “pega lá” 60 milhões de contos acrescidos da inflação.

Em determinada altura achou-se que isto era terrivelmente incorreto, então começamos a funcionar incluindo nos orçamentos uma coisa que se chamavam “GDH”, isto é, permitia que os orçamentos fossem corrigidos, em vez de serem os históricos, pela produção de cada um dos hospitais. Só para perceberem o que é um “GDH”: Por exemplo uma apendicite, há um conjunto de fatores e gastos que são equacionados, que diz que uma apendicite tem um valo “x” em pontos. Portanto, colocava-se um problema na altura que era: Qual a forma disto entrar em prática? Porque se fôssemos a um hospital que tinha um orçamento histórico de 60 milhões e de um momento para o outro cortássemos isso, o hospital parava. Então, adotou-se um critério, de anualmente se ir incluindo a produção nos orçamentos dos hospitais, 10% no primeiro ano, 20% no segundo, até que chegamos a uma altura em que realmente os hospitais estavam a receber o seu orçamento em função do trabalho que tinham.

Estávamos no ponto que permitíssemos que houvesse concorrência entre Público e Privado. O utente que tinha um pacote financeiro, optaria pelo Hospital Público ou pelo Hospital Privado conforme os serviços que lhe prestassem, conforme a qualidade dos serviços e certamente que o utente iria optar pelo melhor para ele.

Este foi o sistema que houve e entramos entretanto no sistema atual. Quero-vos dizer que há um *per capita* de 900,00€ por utente/por pessoa/por população. O nosso Distrito tem 126 mil pessoas, multiplica-se por 900,00€, obtendo-se o orçamento que há para o Distrito, orçamento este que não é revisto há seis anos, vejam bem a falência em que o sistema está a entrar. Os custos aumentam todos os anos, é necessário haver atualizações, senão não podem prestar serviços.

Vamos mais concretamente e para ir para a pergunta que eu quero fazer à Senhora Presidente no fim da minha intervenção. O nosso Distrito em termos de recursos tem três hospitais - Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros - que tiveram no passado uma determinada dinâmica de funcionamento, Macedo de Cavaleiros era para a Ortopedia, os outros dois hospitais, função da sua centralidade ou não, recebiam utentes das periferias do concelho de Mirandela. Além destes três hospitais, tem catorze Centros de Saúde.

Concretamente, relativamente a Mirandela, como sabem pela nova legislação perdemos as ULS, o Conselho de Administração deste Hospital que geria/orientava, não sei se é bom ou se é mau, pensa-se que se pode poupar algum dinheiro por esta via, poupou-se “meia dúzia de carros”, poupou-se as administrações, mas francamente, não sei se será bom ou se será mau este sistema.

Aqui em Mirandela sabemos que, por informação que nos é dada pela ULS segundo as avaliações que fizeram, há falta de dois Médicos de medicina interna e três para as Urgências. Diz-se que aqui em Mirandela está muito mau, honra seja feita, não está tão mal como se diz. Vou explicar porquê: temos 98% de cobertura ao nível de cuidados primários, o que em muitas partes do País têm 50% e 60%. Ao nível das intervenções que são feitas aqui no hospital, não as intervenções que necessitem, porque Mirandela não tem uma unidade de cuidados intensivos, mas ao nível do relatório, curiosamente o Hospital de Mirandela é aquele que mais intervenções faz no Distrito - 1853. Há, no entanto, falta de Especialistas, isto é o que a ULS diz, que só precisa de dois Médicos ao nível da medicina interna.

Mais uma vez, dizendo que concordo com a decisão do Executivo em vender esta Participação, pode-se partir do princípio que está conseguido os motivos que levaram à Participação, a pergunta que tenho para fazer é esta: Senhora Presidente, sei que durante a campanha falou sobre a saúde, é uma tendência que todos os políticos têm, pois sabem que é um assunto sensível para as pessoas, portanto é natural, pois diz respeito ao íntimo de cada um de nós, à nossa vida.

A questão é: Gostava de saber qual é a Política que a Senhora Presidente tem relativamente a este setor? O que é que pensa fazer em termos de futuro? Pensa intervir ou pensa em não intervir?



Há neste momento, ao nível da discussão na Assembleia da República a possibilidade de delegar algumas atividades de saúde nas Autarquias e eu gostava que a Senhora Presidente nos dissesse o que é que pretende fazer? Que não seja simplesmente utilizar uma carrinha para ir com um médico, um enfermeiro ou um pessoal administrativo que não tem, pelas Freguesias a tentar cobrir deficiências, mas volto a chamar atenção, o nosso concelho tem 98% de cobertura ao nível de médicos de família.

Senhora Presidente é extremamente importante que os Mirandelenses saibam o que é que o atual Executivo pretende fazer, para contrariar aquilo que as pessoas estão convencidas que têm de falta de serviços.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Clemente (PS) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Mirandelenses.

Recuando ao ano 2008, o Executivo Camarário decidiu estrategicamente, aplicar 150.000,00€ dos dinheiros públicos do Município na subscrição de 30 mil ações com valor nominal de 5,00€ cada uma, no Capital Social do Hospital Terra Quente, SA.

Com o aumento do capital efetuado para 3.000.000,00€, o Município voltou a subscrever mais 35 mil ações, sendo atualmente detentor de 65 mil ações, ou seja, um capital subscrito e realizado de 325.000€ o que corresponde a pouco mais de 10% do capital, 10,83%, desta sociedade.

Em 2012, o Hospital Terra Quente foi aberto à população e conta atualmente com um Serviço de Internamento e Bloco Cirúrgico, com Laboratório e Gabinetes equipados com vários Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT), com uma Residência Sénior e está dotado de uma Unidade de Cuidados Continuados com 30 camas, pertença da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela. Se formos ao Ministério da Saúde dizem que há 42 protocolados, se formos ao *site* da Santa Casa são 43, portanto são à volta de 40. É de referir que efetivamente o Hospital comporta na sua estrutura esta Unidade de Cuidados Continuados, que por sua vez está integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) com 42 camas.

Possui um quadro clínico com inúmeras especialidades e mantém acordos com mais de 30 entidades entre seguradoras e subsistemas de saúde.

É certo e sabido que a criação desta Unidade, ao longo dos últimos seis anos proporcionou à população da Cidade e da Região, o acesso a mais e melhores cuidados de saúde, tanto reclamados, alguns deles deficitários no Serviço Nacional de Saúde Local ou Regional. Proporcionou também a criação de sinergias com o restante sistema, como foi o exemplo da utilização de determinado equipamento (TAC) quando da avaria do equipamento público. Já no tocante à instalação de uma Maternidade na cidade, tal, não foi proporcionado à população.

A instalação desta Unidade com a Participação ativa da Câmara como acionista proporcionou o aumento da oferta de emprego qualificado na Cidade e na Região, apadrinhando desta forma o combate à desertificação e alavancando a criação de valor, de desideratos fundamentais do desenvolvimento.

Só desta forma se entende e pode justificar o interesse da Câmara em fazer parte do Capital Social de uma Entidade Privada, cujo objetivo visa a maximização do lucro em detrimento dos princípios emanados na Lei de Bases da Saúde e na própria Constituição.

Por outro lado, a defesa de interesse público é a defesa do SNS e não parece coerente que se possa ao mesmo tempo defender o contrário em termos Ideológicos, ou seja, o acesso universal à saúde tendencialmente gratuita.

A Câmara deve pôr em prática o Preceito Legal emanado da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que diz: “*As empresas locais não podem constituir nem adquirir quaisquer participações em sociedades comerciais*”.

Senhoras e Senhores Deputados é chegada a hora da Câmara alienar o seu capital, proporcionando aos atuais acionistas e aos restantes *players* do mercado a possibilidade de acertarem ou ajustarem novas posições quanto à gestão estratégica desta Unidade de Saúde.

Em bom rigor, tal como no passado, a Câmara fará votos para que a Instituição Hospital Terra Quente, possa consolidar o seu crescimento e proporcionar à população, mais e melhores cuidados de saúde, num ambiente de respeitosa concorrência e coabitação entre os três sistemas: Público, Privado e Social.

A visão estratégica da Câmara deve focalizar-se no Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente na qualidade da prestação de cuidados de saúde na sua Unidade Hospitalar e Centros de Saúde pugnando pelo reforço dos seus Recursos Humanos, pela manutenção e melhoria das urgências hospitalares, na prestação de cuidados de saúde de proximidade com a deslocação de recursos necessários aos locais de residência das pessoas, de forma a serem criadas melhores condições de base para se poderem fixar ainda mais pessoas. Sabemos que sem saúde as pessoas não se fixam e também sem empresas, isso é impossível.

Senhoras e Senhores Deputados, todos temos bem presente que o poder de decisão desta matéria, há muito se encontra afastado de Mirandela e qualquer tentativa de intervenção isolada da Câmara deve primeiro ser sufragada num qualquer órgão colegial e por muitas boas intenções que as propostas tenham, podem esbarrar facilmente nos argumentos atuais da falta de recursos da premente necessidade de concentração dos meios hospitalares, escassos numa só Unidade. A visão estratégica desta Câmara de influenciar a visão das outras Câmaras do Distrito que pertencem à ULS e, todo o trabalho deve ser partilhado em rede e executado com vista à melhoria de oferta pública dos cuidados de saúde.

Vejamos, o valor da alienação cujo preço base é 325.000,00€ não tem necessariamente sair da área da saúde.

Bem sabemos que a Câmara tem vindo a reduzir a dívida e até se diz que no próximo ano poderão surgir novidades quanto à saída do Plano de Saneamento Financeiro, mas convidaria a Câmara a sustentar um natural ímpeto de bom aluno em não “deitar mão” a essa verba para a redução dessa mesma dívida.

A título de desafio, proponho aqui nesta Assembleia que, esse montante seja aplicado na criação de um incentivo pecuniário a crescer ao que o próprio Ministério de Saúde utiliza para a fixação de jovens Médicos especialistas através de vagas carenciadas ou protocoladas, no hospital da cidade ou da ULS, que é onde está a gestão, por forma a fixar Médicos nessas

especialidades carenciadas e ao mesmo tempo, e mais importante, criar idoneidade e capacidade formativa para poderem ser colocados e se fixarem mais Médicos Internos nesta região (do ano comum e na formação especializada).

Para tal, proponha que fosse criado um grupo de trabalho em conjunto com a ULS, para serem estudados e identificados os mecanismos legais existentes e as diversas formas de o concretizar, devendo tal grupo promover o trabalho de forma conjunta e articulada com o Ministério da Saúde para que as ações a tomar se tornem uma realidade exequível a curto prazo. Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhora Presidente de Câmara, Senhores e Senhoras Deputadas, meus Senhores e minhas Senhoras.

A Política de Direita na Saúde, de PS, PSD e CDS-PP, de desresponsabilização do estado do direito à saúde, faz-se sentir, desde logo, no financiamento insuficiente, mas também na transferência crescente da prestação de cuidados para grupos privados, pela concessão Privatização de serviços e unidades públicas de saúde, do regime convencionado e das PPP.

O objetivo é claro, enfraquecer e descredibilizar o Sistema Nacional de Saúde junto dos utentes, para, posteriormente, justificar a sua privatização.

A tese de insustentabilidade que os arautos do “estado gordo” tanto apregoam, não está no investimento público do Sistema Nacional de Saúde, mas na transferência de milhares de milhões de euros para os privados a partir das PPP, convenções e subsistemas públicos de saúde, dinheiro que em grande parte, devia ficar no Sistema Nacional de Saúde.

Onde se fecham unidades ou serviços públicos, abrem unidades privadas com vista a colmatar ou a criar a necessidade de resposta que têm na sua génese o lucro e não o superior interesse dos utentes, razão pela qual só investem nas áreas mais rentáveis.

O crescimento da prestação de cuidados de saúde em entidades privadas é ainda visível no incremento do número de unidades, dados do INE (abril de 2018) indicam que o número de hospitais privados (114, em 2016), já é superior ao de hospitais públicos (111, no mesmo ano).

Em 2018, 40% do orçamento do Sistema Nacional de Saúde é destinado para pagamentos a entidades privadas, correspondendo a 3.726.000,00€ que fazem falta ao Sistema Nacional de Saúde, 471.000.000,00€ são para as parcerias público privadas, as chamadas PPP.

A defesa do Sistema Nacional de Saúde é um imperativo Nacional e civilizacional.

Ao longo de mais de 40 anos, o Sistema Nacional de Saúde teve uma importância decisiva na transformação radical dos indicadores da saúde em Portugal.

Os interesses privados que se movem em torno de muitos milhares de milhões de euros, a que ainda não deitaram mão, apostam numa campanha fortíssima para convencer a generalidade dos portugueses a aceitarem um sistema de saúde, onde prevaleça uma lógica de funcionamento centrado na doença e não na saúde.

Senhora Presidente, tal como no início a CDU, votou contra esta Participação da Câmara Municipal no negócio do Hospital Terra Quente, congratula-se com a posição deste Executivo em abandonar a administração do Hospital Terra Quente, abdicar da sua percentagem no capital da empresa e exigir a reposição das valências no Hospital Público, defendendo o serviço Público e de qualidade em detrimento da exploração por privados da destruição do serviço Nacional de Saúde.

Por estas, e muitas mais razões, o nosso voto será a favor.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social, meus Senhores e minhas Senhoras, bom dia e um bom dia de trabalho.

O Hospital de Mirandela já foi, hoje não é, um hospital de referência, um hospital muito bem cotado no seu Distrito, que já não existe Distrito, e foi perdendo valências, porque Bragança as foi retirando, levando e vai continuar a levar. Só não nos levam o rio, porque é um pouco difícil, mas Bragança levava tudo.

Cingindo-me à Proposta, não sou eu que vou levantar problemas à saída, mas é bom que se diga que em 2008, a degradação do hospital estava a dar-se e um grupo de empresários, mais a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia resolveram construir uma Unidade de Saúde Privada, no valor de 17.000.000,00€. Eu é que ficava contente se aparecessem dez ou quinze empresários que viessem para Mirandela investir estes valores, criar postos de trabalho, porque as terras só progridem com postos de trabalho e com produção.

A atitude que naquela altura a Câmara tomou, a Santa Casa e os empresários está correta. Venham outros fazer o mesmo.

Quanto à saída da Câmara vendendo as suas participações, não tenho nada a opor, vou votar abstenção, porque a Senhora Presidente aqui foi sincera. Quer uma saída Ideológica, isto é por motivos Ideológicos, está no seu direito. O que vai acontecer com isto? O que vai acontecer é que não se vai realizar o capital, que julgo que pensa que vai realizar, porque 10% a quem lá está, não vai mandar nada. Nós não temos nada a ver com a orientação do Hospital Terra Quente que é Privado, mas não vou ver muitos interessados, o que eu estou a ver é que alguém vai lucrar com este negócio, não tenhamos ilusões.

É uma decisão da Câmara, muito bem, eu não me oponho a isso, só peço à Senhora Presidente o seguinte: Se faz uma alienação de património, deve essa verba ser aplicada na aquisição de património. É isso que eu lhe posso pedir, ela fará o que quiser e entender, mas a verdade é esta: venham mais empresas investir em Mirandela, criar mais postos de trabalho e a Câmara tem a obrigação de as ajudar, é para isso que foram eleitos e não criar problemas a quem quer investir em Mirandela.

O Serviço Nacional de Saúde tem uma convenção com o próprio Hospital Terra Quente. Há uma coisa que talvez muita gente desconheça, o doente é visto em Mirandela, é diagnosticado e tem que fazer uma cirurgia, vai numa ambulância para Bragança, a própria Médica vai lá operá-lo, está lá cerca de três dias e regressa a Mirandela. Isto é que anda por aí uns grandes negócios. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Dinis Veiga*, pergunto à Senhora Presidente da Câmara de Mirandela se pretende intervir neste ponto. Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o Senhor não se inscreveu para este ponto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** É irregular, mas dado que há alguém ligado à área da saúde, algum Senhor Deputado quer dar uma explicação complementar? Quando é de interesse da Assembleia, abrem-se exceções. Temos o Senhor Deputado *Carlos Ventura* e o Senhor Deputado *Ricardo Fidalgo*, muito bem, são ligados à área. Há mais alguém que tenha conhecimentos muito específicos e próximos que queira acrescentar mais alguma coisa?

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:** Muito bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Executivo, Senhores Vereadores, excelentíssimos Colegas, Público e Comunicação Social.

Vou começar por dizer que subscrevo a Alienação da Participação pela Câmara, na Participação que tem no Hospital Terra Quente.

Tenho como princípio que aquilo que é privado é privado e aquilo que é público, é público. Se numa primeira fase foi importante a criação e ter o conforto, digamos, da Câmara Municipal para a criação de uma empresa, uma empresa que criou “know-how” e que criou postos de trabalho, nada a apontar. Estando a entidade, como se pode dizer, em “*velocidade cruzeiro*”, na minha opinião, não vejo porque é que uma Autarquia terá uma Participação de 10% no Capital Social de uma Entidade Privada, neste caso é saúde, mas podia ser outra.

O que me traz aqui é um outro aspeto, o Executivo vem pedir à Assembleia, digamos, a autorização para fazer a alienação, mas não diz mais nada. Não diz de que forma ela vai ser feita, não diz se vai haver algum prémio relativamente àquilo que é o valor nominal por cada ação, não diz nada e mais, não diz o que vai fazer ao dinheiro. Alienar património é fácil, nem fui “eu” que o criei, independentemente de concordarmos ou não concordarmos, o património existe, ele está lá. Alienar é fácil, mais caro ou mais barato, não é difícil.

A questão que aqui se coloca e mais tarde ou mais cedo vai ter que voltar a esta Assembleia é o que é que a Autarquia vai fazer ao dinheiro, que teoricamente vai receber pela Alienação. No meu entendimento, ele devia ser para investimento imobilizado, deveria ser para adquirir capital, no limite, ou até pagar dívidas, se fosse o caso.

Uma outra coisa que gostaria de perguntar à Senhora Presidente, durante a campanha falou muito de saúde, carros e outras coisas, esse assunto parece que caiu no esquecimento, se pudesse dar uma ajuda, agradecia. Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Fidalgo (CDS-PP) disse:** Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Senhores Colegas Deputados e Público.

Eu, de facto, não era para falar, mas acho que mediante o que ouvi aqui, algumas coisas concordo outras não concordo, sou uma daquelas pessoas que fui eleito como tendo direito a um primeiro emprego aqui, no Hospital Terra Quente. A minha profissão é Enfermeiro e não acho que seja bom chamar pessoas para vir trabalhar para não criar desertificação na região na qual vivemos, tratando um Enfermeiro, que trabalha 40 horas semanais por 500€/mês, sem descontos. Qualquer erro que fosse feito/cometido que não fosse registado, porque é tudo do privado, era tudo contabilizado e é da conta do Enfermeiro que sai, aliás, de 500,00€ pouco sairá.

Fui obrigado a sair, por minha vontade própria, de um contrato efetivo que tinha com o Hospital Terra Quente para o Alentejo, a desertificação é assim. Felizmente hoje estou “*cá em cima*” por contratos públicos, assim mantenho e irei continuar. Estou em Vila Real e tive propostas, não desminto, dos dois Privados que foram lá construídos e vão agora abrir, mas não aceitei nenhuma, podendo-vos dizer que as propostas eram aliciantes. Até para chefia tive, mas não aceitei, porque ainda não estou em condições disso.

Acho que sou defensor do sistema público, acho que a Senhora Presidente tem vindo a responder a questões que coloquei há mais tempo e chegou a hora, gostei, não era para votar, mas decidi que vou votar, porque mais que vocês, tenho uma palavra a dizer, pois estive lá dentro. Em questões de segurança tenho muito a dizer, sei que melhorou entretanto, mas tenho muito a dizer relativamente a questões de segurança, quando cheguei a ter 21 doentes, só com um Médico a fazer urgência e a dar-me resposta a mim, um Médico de Clínica Geral, onde tinha operados de cirurgia de Ortopedia, Ginecologia, Pediatria, além de Medicina. Sim, fui um dos que tratei do Senhor Padre, que entretanto aqui já foi feita uma homenagem, foram feitos os melhores cuidados? Coloco a dúvida. Não foi por nossa causa, mas sim por falta de recursos e por cansaço físico e mental...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Senhor Deputado, isso são experiências particulares, agradecia que não fugisse muito ao tema geral, que é o interesse do Município nesta transação.

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Fidalgo (CDS-PP) disse:** Tenho provas daquilo que fiz e do que ganhei, mas vou terminar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Não havendo mais intervenções e de uma forma pouco comum, eu como Presidente da Mesa, gostaria de acrescentar qualquer coisa.

Sobre este assunto, ouvi Políticos experientes, técnicos de Saúde e um Ex-Secretário de Estado da Saúde com opiniões diversas, mas convergentes e o meu entendimento é que o Executivo, o Município, a Câmara não tem que estar envolvida em negócios privados, sem dúvida, nem que eles sejam rentáveis. Ao tomar uma decisão política, naturalmente que vou estar de acordo com esta alienação, mas se calhar, traído por uma vida inteira ligado à área financeira e à gestão, tenho que fazer uma recomendação, porque como disse o Senhor Deputado *Dinis Veiga*, alguém vai lucrar com este negócio, mas que “esse alguém” seja o Município.

Nesta alienação, após o aval, não sei se vai ter o nosso aval, mas possivelmente sim, que a Câmara use de todo o cuidado para fazer um bom negócio. Também, em relação ao que foi dito pelo Senhor Deputado *Carlos Ventura*, o que se vai fazer ao

dinheiro? Naturalmente que estamos aqui para fiscalizar onde vai ser aplicado esse dinheiro, não haverá ainda resposta, mas se entendermos que não há uma colocação desse investimento, devidamente, estaremos aqui para “bater o pé” quando for necessário.

Solicito à Senhora Presidente da Câmara que não se precipite no negócio, porque como digo e sei do que falo, pode vir a traduzir-se num negócio rentável para o Município, pese embora estejam a surgir muitos hospitais aqui perto, é uma área de extremo potencial, se tivesse dinheiro não me importava de comprar a Participação da Câmara, e poderemos vir a conseguir um encaixe de capital elevado. Muito obrigado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada Senhor Presidente, Senhora Secretária.

Começo por dar algumas respostas, mas antes de passar às perguntas colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, dizer-vos que para além de razões ideológicas que estarão como alicerce da decisão Política, também estão presentes questões legais.

Questões legais que foram referidas pelo Senhor Deputado *Carlos Sousa*, que diz respeito a que as empresas locais, desde a Lei n.º 50/2012, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, estou a falar de 2012, “*as empresas locais não podem constituir nem adquirir quaisquer participações em sociedades comerciais*”. Pela mesma razão, e com base no mesmo espírito que serviu de base ao texto da Lei, não deverão os Municípios deter participações em empresas que prossigam fins lucrativos e, sobretudo, fora do seu escopo social. O que está aqui em causa é por um lado, a legalidade da Câmara Municipal manter estas ações no capital social do Hospital Terra Quente e por outro lado, assegurar o cumprimento da Lei e isso é a nossa função. Daí trazermos à Assembleia Municipal a Proposta de Abertura de um Procedimento Concursal com vista à alienação das ações com um valor base e nominal de 325.000,00€.

Na última Assembleia Geral do Hospital Terra Quente, que já foi há algum tempo, estive presente na Assembleia e referi que o Município tinha a intenção e estaria a preparar a alienação das ações do Hospital Terra Quente. De imediato houve alguns sócios que se mostraram disponíveis para fazer a aquisição, sócios que neste momento pertencem ao capital social da Sociedade HTQ, SA.

Relativamente às questões colocadas, concordo na generalidade, com tudo que o Senhor Deputado *Jorge Pires* falou, na degradação da saúde a nível Nacional e a nível de cobertura do Serviço Nacional de Saúde. Em relação à nossa Política relativa ao setor de saúde, todos sabem que em relação à saúde, os Municípios devem ter cada vez mais intervenção, não só de articulação Política com os responsáveis das Administrações, neste caso da Unidade Local de Saúde do Nordeste - ULSNE, e isso faz com que uma das nossas intervenções é esta articulação permanente com a ULSNE.

Posso referir-vos que existe um problema grave, por exemplo, no Centro de Saúde de Torre de Dona Chama, onde fizemos uma visita conjunta com o Doutor *Carlos Vaz* no sentido de agilizar a colocação de um Médico. O Médico foi colocado um dia por semana, para além da Médica residente, mas não é suficiente para dar resposta a todas as populações. Uma das nossas preocupações é esta articulação constante, permanente e sistemática, bem como uma reivindicação para os nossos Municípios no acesso de cuidados de saúde primária.

A nossa Política relativamente a este setor, para além da articulação com os serviços de saúde, é uma Unidade Móvel de Saúde que foi apresentada nos nossos compromissos. Esta Unidade Móvel de Saúde que já está a ser preparada, como todos sabem, é necessária uma adaptação das viaturas normais para ter determinados equipamentos ligados à saúde. Esta saúde para todos vai ser em parceria com a ULSNE, portanto, não vamos fazer ações desgarradas e fora do contexto do Serviço Nacional de Saúde. O que estamos a propor é a criação de condições para que seja possível às populações mais distantes terem acesso a alguns cuidados em vários âmbitos, desde a Podologia, apoio Psicológico dado o isolamento dos idosos e mesmo rastreios, que já são feitos em algumas Juntas de Freguesia por Enfermeiros que se deslocam lá. O que vamos fazer é criar uma rede mais acessível às pessoas que não têm ou têm menos possibilidade de vir à Sede de Concelho ou à Vila de Torre de Dona Chama.

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado *Carlos Clemente*, dizer que somos em defesa do interesse público, interesse do Sistema Nacional de Saúde. No que diz respeito à questão colocada sobre o destino a dar aos 325.000,00€, pode ser mais, porque este é o preço base e depende muito daquilo que for o Procedimento Concursal. Aquilo que posso dizer-vos é que existe muita dificuldade em atrair jovens Médicos com especialidade para o interior do País, esta dificuldade não tem a ver somente com questões financeiras, mas também com a presença das famílias e de terem maior casuística para aprenderem nos Hospitais dos grandes centros.

Em relação a esta questão e ao desafio colocado, aquilo que vamos fazer a esta verba, logo que esteja concretizado o concurso, será sempre relacionado com o acesso das Freguesias e do mundo rural aos cuidados de saúde, também na ação social temos escassez de verbas, como todos sabem, temos casos preocupantes de apoio social a dar às famílias. Estava anteriormente atribuído um montante de 100.000,00€ para anualmente suprir estas necessidades, mas existem muitas famílias carenciadas e que estão constantemente a recorrer à Câmara Municipal para poderem ter apoio em situações mais distintas, desde a renda, ao pagamento de eletricidade e de água, entre outras. A Câmara Municipal logo que tenha um estudo do investimento que vai fazer, passando sempre pelas questões das Freguesias e do apoio ao mundo rural e por outro lado a ação social, tem muito onde gastar esta verba, sendo que haverá um plano de investimento neste sentido.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer que concordo na questão do Sistema Nacional de Saúde e o investimento que temos todos de fazer no SNS, em particular, no nosso Governo. O nosso Sistema Nacional de Saúde não tem que ter lucro, é um sistema público, tem que ser é bem gerido, que muitas vezes não acontece essa boa gestão e nós temos mais dificuldade em captar serviços médicos e capacidade para gerir a saúde em Portugal.

Relativamente ao Senhor Deputado *Dimis Veiga* dizer-lhe que não me parece que alguém vai lucrar com este negócio, isto não é propriamente um negócio, aquilo que estamos a fazer é um Procedimento Concursal o mais transparente possível, como acontece em todos os Procedimentos Concursais e não me parece que haja qualquer tipo de negócio, como é a sua suspeita.

Temos outros assuntos, que posso dizer que são negócios, um deles e aproveito para falar nele, é a retirada do lixo do Cachão, isso sim são negócios, sendo negócios com interesses. Em relação ao Hospital Terra Quente e ao Concurso Público não se trata de um negócio, trata-se de um concurso transparente com todas as formalidades asseguradas pelo Município de Mirandela e

pela sua equipa de Juristas, que vai ser tão transparente, que quem quiser vai poder comprar sob o preço base, que foi calculado com base nas comparticipações das ações do Hospital.

Dizer-lhe que relativamente a “problemas a quem quer investir em Mirandela e apoiar a quem quer investir em Mirandela”, isto é uma situação que posso dizer que o melhor apoio que possamos ter na Câmara Municipal é ter terrenos disponíveis para os empresários poderem construir. Chegamos a uma situação que, apesar de termos um projeto de expansão da Zona Industrial, não temos terrenos disponíveis para quem quer vir investir e há muitas empresas que querem vir para Mirandela, não só pela localização geográfica, mas também pelo dinamismo que o concelho tem, pelo nome, pela imagem, pela qualidade de vida e até pela beleza natural. Uma das nossas preocupações é não voltar a chegar ao ponto de não termos terrenos para poder captar investimentos. Mesmo se conseguisse trazer empresas, porque há empresas que querem vir para cá, quais são as condições, o que vamos negociar? O que vamos propor? Não temos essas mais-valias.

Em relação ao Senhor Deputado *Carlos Ventura* “Privado é Privado, Público é Público”, subscrevo. Relativamente à qualificação, à saúde e à Unidade Móvel, dizer-lhe que nunca vamos esquecer este projeto da Unidade Móvel de Saúde, pois julgo que é do máximo interesse para o Município. Temos tido alguns problemas, uma vez que, em princípio esta Unidade Móvel vai ser participada por uma Ação de Mecenato, está a ser feita a seleção da viatura móvel e a caracterização da mesma com os equipamentos, tínhamos algumas viaturas que já estavam a ser preparadas pela empresa, portanto, estamos a aguardar a empresa e a equipa para a podermos receber. Não temos datas previstas, mas no início do próximo ano, com toda a certeza, vai iniciar a Unidade Móvel de Saúde e estarão todos convidados para este Protocolo, que se vai fazer com a ULS.

Relativamente ao Senhor Deputado *Ricardo Fidalgo*, de facto, existem algumas práticas que não conheço em pormenor, mas que em qualquer situação/circunstância são reprováveis sob o ponto de vista ético e moral, no tratamento dos colaboradores.

Para terminar, em relação aos negócios, dizer-vos que fomos a uma Reunião com a Infraestruturas de Portugal - IP, em relação à Estação de Mirandela e vai ser feito um Comodato com a Infraestruturas de Portugal, estamos a acertar as situações. Isto é apenas para informação, mas quero dizer-vos que este Comodato irá ficar a custo zero para a Autarquia e não vai ser comprada a Estação, pelo valor de 850.000,00€, tal como foi dito na altura. Estes 850.000,00€, acabam por não ser uma despesa do Município e vai ser investida na qualificação da Estação.

Quanto a não nos precipitarmos no negócio, obviamente que não, ponderamos sim, situações e receitas que não foram cobradas no passado, junto das Infraestruturas de Portugal, em que por exemplo, havia uma dívida por cobrar de 90.000,00€, que julgamos vir a recuperar, uma dívida com mais de doze anos. Obrigada a todos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Antes de procedermos à votação, vejo que há Deputados que pretendem fazer alguma observação ou comentário ao que disse a Senhora Presidente, mas antes, quero dizer aos Senhores Deputados que não há limite de tempo para a Senhora Presidente falar, não posso interrompê-la. Vamos ser razoáveis. Claro que também peço à Senhora Presidente que seja razoável na utilização do tempo, já lhe pedi algumas vezes, mas há assuntos que requerem uma explicação maior, porque não nos podemos queixar que algumas vezes não há explicação e outras vezes que há explicações a mais. Atenção ao respeito pelo Executivo que estão aqui na nossa Assembleia a desempenhar o seu papel, estamos aqui para os ouvir e poder fazer uma análise à sua atuação.

Temos Deputados que querem intervir, mas peço-lhes que sejam breves, pois agora não terão dez minutos, isso foi no período anterior, sem deixar de fazer passar a vossa mensagem.

----- **A Senhora Deputada Municipal *Otília Lima* (PSD) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e restantes elementos presentes.

Venho aqui, sobretudo, por um esclarecimento. Gostava, por um lado, de ser esclarecida pela Senhora Presidente da Câmara e por outro lado, dar eu provavelmente esse esclarecimento, salvo melhor interpretação da Lei. Independentemente do concurso ser transparente, penso que um concurso à partida é transparente, é evidente que será, pois a Senhora Presidente afirmou-o e nós confiamos na palavra. Por outro lado, independentemente do sentido de votação da Assembleia sobre a alienação ou não, gostaria que ficasse claro um pequeno aspeto, é que de vez em quando dá-se informações que não são absolutamente corretas, salvo melhor interpretação da Lei.

A Senhora Presidente leu um artigo da Lei onde afirmava que “*as associações estavam impedidas de participar (...)*”, sobretudo neste âmbito da saúde, e também o Município, mas o Município leu, segundo me parece, “*deverão também os Municípios*”, deverão, não estão impedidos, quanto a mim. Acho que tenho aqui, da Lei n.º 50/2012, artigo 51.º - Participação em Sociedades Comerciais, diz exatamente que “*os Municípios (...) podem adquirir participações*”. Não é ilegal.

O meu sentido de vir aqui é de esclarecer a informação que não é ilegal, poderá não ser aconselhável, mas também é aconselhável, sobretudo, verificar o interesse da população. Obrigada.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Pires* (PSD) disse:** Renovo os cumprimentos que já fiz. A minha intervenção vai ser muito rápida, apenas no sentido de dar algumas sugestões à Senhora Presidente, dado estar numa altura de decisão, mostrando que também queremos colaborar desde que seja feita boa gestão.

Primeiro: Quanto ao problema da Unidade Móvel parece-me que se calhar em vez da Unidade Móvel, que apenas vai ajudar a “coçar uma comichão que eu tenho” não vai resolver o problema, pelas limitações que a Unidade Móvel tem, pela falta de pessoal para essa Unidade Móvel, parece-me que se debruçasse sobre a mobilidade das populações para terem acesso aos cuidados de saúde, era talvez, uma visão com mais alcance. Com isto da mobilidade, refiro-me a proporcionar às pessoas, encontrar um sistema em colaboração com o hospital, por exemplo, de marcação de consultas e uma Unidade Móvel sim, mas apenas de transporte, que ia buscar as pessoas em consultas que já estavam pré-determinadas.

Segunda questão: O problema de fixação de pessoal é um problema complicado, lembro-me que em 1990 houve um problema com Macedo de Cavaleiros, relativamente a fixar Médicos para a especialidade a que o hospital estava orientado. O que se fez? Negociou-se num bairro que estava a ser construído, casas que se ofereceram a Médicos e resolveu-se o problema, apenas com

isto. Talvez pudéssemos ver, não só a Médicos, mas a outros profissionais de saúde, a possibilidade na comparticipação nas rendas das suas casas e conseguirmos por essa via atrair alguém.

Quanto à venda das ações, é comum, a ação foi comprada a um valor nominal, na altura corria-se um risco e isso determinava ou não, um valor. Foi decorrido, esse risco desapareceu, parece-me a mim, hoje a Unidade está estável, está lucrativa, portanto, sugeria que não colocasse, por favor, no concurso o valor nominal, mas sim o valor nominal acrescido de um determinado prémio, que há formas corretas de o determinar, a fim de maximizar a venda do património.

Há uma questão sobre saúde e não se respondeu concretamente ao que eu coloquei, é que há uma grande limitação, hoje em dia o Ministério da Saúde não tem poder absolutamente nenhum, é zero. Eu se quiser contratar aqui para o hospital uma empregada de limpeza, só o faço com a autorização do Ministério das Finanças e isto é extremamente importante para pensarmos num futuro, arranjar coisas para não estarmos sujeitos a esta grande limitação.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:** Senhor Presidente e Senhores Deputados, Senhora Presidente da Câmara. Quando falei em que alguém vai lucrar com o negócio, não insinuei nada, que fique bem claro, muito menos com a Câmara. O que eu sei é que alguém vai lucrar, porque tenho a informação que houve uma empresa dedicada à saúde, que queria comprar por milhões todas as comparticipações e alguém as vai adquirir. Se a informação é verdadeira, alguém vai aproveitar esse negócio, foi isso o que eu quis dizer, não insinuei nada contra ninguém e muito menos contra a Autarquia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Eu corroborei com a sua ideia e também com o mesmo espírito de não pôr em causa a lisura com que o negócio vai ser feito. Talvez num ponto de vista diferente e convém reforçá-lo, é que num negócio, alguém lucra mais ou menos. Há um comprador, há um vendedor e há a oportunidade de negócio. Nem sempre o negócio é equivalente para as duas partes, mas estou certo de que o Município vai tentar fazê-lo pelo melhor, porque será o principal interessado em fazer um bom reembolso do capital investido. Não houve também, quero reforçar da minha parte, nenhuma ideia de suspeições.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (PSD) disse:** Senhor Presidente saudá-lo, saudar a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e também a Assembleia.

Há pouco insurgi-me, mas não teve nada a ver com o tempo em que a Senhora Presidente falou, é legítimo dar todas as respostas que tem que dar. Agora, estarmos a discutir o tema do Hospital Terra Quente e falarmos na Estação, nos resíduos do Cachão e em outras coisas, não faz qualquer sentido. Foi isso que me levou a levantar o braço. Pode falar dez, quinze, vinte minutos é-me indiferente, porque tem que dar os esclarecimentos, mas se estamos a discutir um ponto que tem a ver com o Hospital Terra Quente, não temos que estar a falar da Estação, do lixo do Cachão nem de coisa nenhuma, foi daí a minha indignação.

Quero referir que vou votar contra, não vou abster-me na votação como o PSD à partida vai fazer, vou votar contra precisamente pela explicação que ouvi da Senhora Presidente. Não há nada na Lei que determine que esta venda tenha que ser feita e consigo entender que não há uma estratégia/ideia de onde é que este dinheiro vai ter que ser aplicado. Ouvi falar em dar para a ação social, ouvi falar em carrinhas, ouvi falar numa série de coisas, portanto, estrategicamente, ninguém me consegue dizer se nós daqui a cerca de três anos vamos estar melhor na saúde e se esta parceria faz ou não sentido, para em 2021 podermos ter até uma estratégia muito boa com a história da descentralização que vai ser feita ou com a chamada Delegação de Competências.

Eu sou contra esta alienação e vou votar contra, porque a Câmara não tem uma estratégia para aplicar o dinheiro resultante desta venda. Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Câmara, Deputados e Público em geral.

Aquilo que disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal no negócio, quando se faz um negócio há sempre aquele que fica a lucrar com o negócio, isso é evidente. Só não há negócio, essa é a minha perspetiva, não sou negociante, mas fui convidado diversas vezes para comprar ações através do Banco Carregosa, para quê que eu ia comprar ações do Hospital Terra Quente? Para quê? Para nada. Para depois elas ficarem num valor insignificante, em que eu gastava lá o meu capital e ficava tipo BCP - 0,001. Para quê que eu ia comprar isso? Isso é degradação de património. Não sei se a Senhora Presidente da Câmara está ao corrente dessas situações. Sei que a Senhora Presidente da Câmara fez isto com toda a lisura, com toda a sua experiência em termos de gestão, de estratégia a médio e longo prazo, etc.

Qual é o proveito económico para a Autarquia? Para os Mirandelenses? Eu isso desconheço.

Qual é o valor nominal? Eu isso desconheço.

Como é que elas vão ser vendidas?

A SONAE tinha há uns dias, fazer a Proposta de venda da SONAE GPS e depois retirou do mercado. Porquê? Porque a Bolsa entrou em queda.

Como é que vai ser feito este negócio? Eu ainda não compreendi muito bem isso. Como é que vai ser feito este negócio?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Peço desculpa Senhor Deputado, penso que entendi e se calhar posso acrescentar alguma coisa.

Como sabemos, trata-se de uma S.A. que não é cotada na Bolsa.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, não é cotada na bolsa.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Assim sendo, a única forma é o negócio particular e por concurso, como disse a Senhora Presidente, para salvaguardar o melhor negócio.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Evidente. Agora pergunto outra situação em relação àquilo que a Senhora Presidente disse e àquilo que o Senhor Deputado Municipal Jorge Pires disse também.

Unidade Móvel: Eu vi numa Ata da Senhora Presidente da Câmara que tinha sido oferecida uma Unidade Móvel. Numa Ata de vigência da Senhora Presidente da Câmara, então não há Unidade Móvel? Disse.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigado. Para finalizar, ainda temos a intervenção do Senhor Deputado Jorge Humberto e depois, apesar de não inscrito, mas como ainda temos algum tempo, irá intervir o Senhor Deputado Paulo Pinto. Temos também, ainda, a intervenção do Senhor Deputado Virgílio Tavares.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:** Senhor Presidente, depois de ouvir os meus companheiros de bancada, fazendo parte desta Assembleia, cada vez fico mais convicto que realmente a Participação da Câmara no negócio, a Participação no Hospital Terra Quente foi uma nulidade, foi lesivo para o Município. Se à partida a compra de um património foi uma mais-valia e agora já se começa a pensar que vai dar prejuízo, questiono se este negócio foi positivo para o Município, eu não consigo ver onde foi positivo para o Município.

Os Senhores podem dizer, e alegaram aqui, que houve um interesse na criação de postos de trabalho, esse não é o papel de uma Câmara Municipal dentro de uma instituição. Nós temos é que criar condições para que venham cá, não temos que ser nós a suportar os custos dos empresários, eles têm que concorrer por conta e risco próprio, não tem que ser o dinheiro público a sustentar negócios e negociatas.

Agora estou preocupado, porque a preocupação com a saúde que todos estamos aqui a demonstrar, só demonstra que andamos todos enganados. Eu, felizmente, estou certo, porque continuo a dizer e o meu Partido continua a achar que afinal o caminho é o Serviço Nacional de Saúde e pelo facto do Serviço Nacional de Saúde estar como está, é exatamente pelas negociatas que se foram criando ao longo destes 20 anos com as PPP, que os Partidos como o PS, PSD e CDS-PP andaram a negociar ao longo destes últimos 20 anos.

Se há consciências pesadas e preocupadas com aquilo que vai ser o negócio e a venda da Participação da Câmara não é com certeza a da CDU, provavelmente será a dos Senhores que votaram a favor deste negócio. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Senhor Presidente, meus Senhores. Para poder votar, gostava de questionar a Senhora Presidente da Câmara.

Durante estes anos todos em que a Câmara participou, sendo acionista numa Empresa Particular - Hospital Terra Quente, qual o lucro que deu ou não? Se efetivamente está a dar rendimento para a Câmara ou não? Em função disso, poderei avaliar melhor e fazer o meu voto.

Será que esta venda será uma exigência derivada do facto da Câmara estar endividada e estar em Saneamento Financeiro? Gostava que me respondesse.

Estas duas questões pressupõem outra que é muito importante para nós, Assembleia Municipal. Quais são as mais-valias para os Mirandenses, manter a Participação no Hospital Terra Quente ou alienar, isto é, vender? Após me responder, poderei votar com mais consciência.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado Virgílio Tavares. Permita-me a observação, mas devia ter colocado essas questões antes da Senhora Presidente falar, pois assim vamos novamente ouvir explicações e vamos dar continuidade ao assunto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Tendo em conta a problemática do tema, os membros do PSD na Assembleia Municipal de Mirandela têm liberdade de voto. Perguntava ao Senhor Deputado Jorge Humberto da CDU, porque é que os seus filhos estudam numa escola privada? Pergunto, estudam? Não estudam?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Senhor Deputado Paulo Pinto, as questões devem ser sempre dirigidas à Mesa e não diretamente entre os Senhores Deputados.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Peço desculpa e retiro a pergunta.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigado. Senhora Presidente, face a estas últimas questões, pergunto se quer dar alguma informação complementar?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Começando por responder às questões colocadas, espero poder responder a todos.

É óbvio que o Hospital Terra Quente tem e cobra as consultas para todas as pessoas que não têm seguro de vida ou que não têm ADSE, portanto, as consultas, apesar dos detentores da ADSE serem bastante mais baratas, o facto é que não serve a todas as pessoas por um preço razoável relativamente ao Sistema Público, mas isso é uma questão óbvia. Sendo Privado, o objetivo é o lucro e a boa gestão impera na gestão do Hospital.

Relativamente à Senhora Deputada Otilia Lima, “a Participação em sociedades comerciais”, aqui o que está em causa é: “com base no mesmo espírito que serviu de base ao texto da Lei, não deverão os Municípios deter participações em empresas que prossigam fins lucrativos e, sobretudo, fora do seu escopo social.” Foi isso que eu li relativamente à Declaração que vos foi

entregue. Isto porque, se por um lado os Municípios devem defender o Serviço Nacional de Saúde, não podem ao mesmo tempo, estar em participações privadas. Por outro lado, é sob o ponto de vista Moral e Ético.

Sob o ponto de vista das empresas que prossigam os fins lucrativos, o Município tem que prestar um serviço Público e por isso, entram em concorrência direta com o Serviço Público e com o Serviço Nacional de Saúde, assim, julgo não ser do interesse quer do Município, quer da população ter uma Participação do Hospital Privado.

Na última Assembleia foi dito que o Hospital Terra Quente não tinha prejuízo, tinha um pequeno lucro, o que é facto é que para nós é uma empresa participada e que a dívida que hoje existe aos bancos, também conta para a nossa dívida. Acredito que a gestão vai ser sempre boa, mas temos que precaver alguns percalços que possam existir, dessa forma, esta alienação do património é a posição mais segura que possamos ter em defesa do dinheiro público e dos Mirandelenses.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Pires*, a mobilidade entre Freguesias e para a Sede do Concelho é um problema deste Concelho e um problema do interior do País. Aquilo que tem sido assegurado é no tempo escolar, os transportes são em conjunto com o transporte escolar. Em tempo de férias, este ano, também se fez algum esforço para compartilhar algumas carreiras que não existiam, não sei se viu na Comunicação Social, mas foi um esforço para que algumas aldeias fossem servidas de transportes públicos, por isso, esta mobilidade das pessoas é fundamental.

“Casas para que possam atrair Médicos”, julgo que é mais difícil atrair Médicos, propriamente a nível financeiro e a nível de disponibilidade de casas, ou seja, não é fácil um jovem Médico vir para o interior do País, até porque a formação, a qualificação e a casuística que existe nos grandes hospitais são muito mais atrativos para a carreira desse jovem.

“Valor nominal acrescido de um prémio”, julgo que é uma boa sugestão. Este Procedimento Concursal também está a ser feito com esse cuidado e concordo quando fala da limitação do Ministério da Saúde em determinadas situações, uma vez que hoje em dia, tudo passa pelo Ministério das Finanças e pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

Em relação ao Senhor Deputado *António Martins* dizer-lhe que o contexto em que eu estava a falar dos negócios em relação ao Hospital Terra Quente, foi um argumento para dar algumas informações. Se estou cingida ao tema que me é proposto não podendo dar informações complementares, julgo que é de todo o interesse para os Mirandelenses, para os Senhores Deputados e também para os Senhores Vereadores, dar algumas informações que fazem parte da nossa atividade do nosso dia-a-dia, portanto, mais informados, mais responsabilizados e melhores Deputados, é assim que considero.

Um bom negócio é sempre aquele em que os dois ficam a lucrar, de qualquer forma, em relação ao valor nominal, sugiro que leia a Declaração que foi enviada relativamente a este tema, que é a Certidão do ponto 6, da Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 24 de setembro, que explica todo o processo da Alienação da Participação do Hospital Terra Quente.

Em relação à Unidade Móvel de Saúde, como eu disse, está a ser produzida, mas está no âmbito de uma ação de Mecenato, que tem a ver com uma empresa que está no âmbito do Mecenato, a promover esta intervenção.

O Senhor Deputado *Jorge Humberto* falou das Políticas Nacionais de Saúde.

O Senhor Deputado *Virgílio Tavares* questionou se existe rendimento para a Câmara ou não, acabando por questionar quais são as mais-valias para os Mirandelenses, alienar ou vender a Participação da Câmara no Hospital Terra Quente. As mais-valias para os Mirandelenses, se falarmos na totalidade dos Mirandelenses e do serviço que presta, é obviamente, que presta um serviço junto de quem tem, não só em Mirandela, mas também na região, de serviços de apoio como ADSE e participações. Os Mirandelenses que não têm poder económico ou que não têm esses serviços acabarão por recorrer ao Serviço Nacional de Saúde.

Relativamente a manter, alienar ou vender o património, julgo que a ideia de alienar foi essencialmente uma questão legal/jurídica, foi também uma questão ideológica, mas por outro lado, perspetivando o futuro do Serviço Privado de Saúde na região. Consideramos que o Município de Mirandela no início e na construção do Hospital Terra Quente poderia haver alguma lógica nesta Participação, apesar de tudo, é um negócio privado e se o Município de Mirandela fosse a dar a todas as empresas do concelho estas facilidades, teria certamente que investir muito dinheiro em todas as empresas.

Pela igualdade de acesso de todas as empresas aos dinheiros públicos, julgo que houve uma exceção relativamente a esta situação. Consideramos que alienar será mais seguro para o Município e de uma forma correta, deixarmos o Hospital Terra Quente ter o seu projeto de vida e servir as populações.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto* julgo que não tenho nada a dizer, porque a vida privada é de cada um de nós. Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Muito obrigada Senhora Presidente. Quero a garantia de que nada fica por dizer, mas também salvaguardando os “*timings*” próprios para estas coisas. Acho que chegou o tempo de terminarem com as questões à Senhora Presidente, pois ela tem que explicar, há mais uma pergunta, a Senhora Presidente volta a explicar e assim sucessivamente. Vou dar a hipótese de quatro comentários que foram pedidos, peço que sejam breves e que não sejam perguntas.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto* (CDU) disse:** Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Deputado *Paulo Pinto*, vamos ver se nos entendemos...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Senhor Deputado *Jorge Humberto*, já há pouco disse que não devem trocar questões entre os Senhores Deputados.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto* (CDU) disse:** Foi-me feita uma pergunta, Senhor Presidente, vou ter que responder.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Sabe que é irregular. O Senhor é exímio nessa avaliação e apreciação do Regimento.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:** Só quero chamar a atenção ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, que é uma questão que não se coloca.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Mas isso não faz parte.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:** Eu vou responder, vou ser rápido.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Então seja rápido.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:** Senhor Presidente, eu vou ser rápido. Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o facto de os meus filhos andarem no Privado, não andam, andaram numa escola IPSS, com todo o prazer. Uma coisa é eu ser contra o Privado, pois eu sou contra o Privado quando é sustentado com dinheiros públicos, porque é o meu, os meus impostos. Agora, quando é por conta e risco dos empresários, à vontade, que venham muitos empresários privados, mas quando andam a governar a vida com o dinheiro dos meus impostos, aí já sou contra. É exatamente neste negócio que a CDU foi contra. Quando os empresários investem com o dinheiro deles, à vontade, que venham eles, mas que não invistam com o meu dinheiro, com o dinheiro público, porque esse tem é que ir para o Serviço Nacional de Saúde.

Gostava de saber qual é a preocupação que o grupo Parlamentar do PSD teve em questionar a Senhora Presidente sobre quais foram as mais-valias que a Câmara teve a cerca dos seus 10%. Como os Senhores devem saber, quem tem participações e ações, sabem quais foram as mais-valias que a Câmara teve da sua Participação de 10% ao longo destes dez anos em que teve lá 325.000,00€ investidos. Era essa a pergunta que deveriam fazer à Senhora Presidente.

Muito obrigado Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (PSD) disse:** Não quero que fique no ar uma situação. A Senhora tem estado a referir que só um tecido da nossa população vai ao Hospital Terra Quente, porque tem acordos. Isso é mentira, é mentira, porque se for, não sei se vai, eu por acaso tenho que lá ir, porque também é como o *Figueiredo*, tenho os bolsos vazios. Quando se vai ao Público marcar um exame, uma ecografia, um TAC, seja o que for, está cerca de seis ou sete meses à espera e pelo mesmo valor que se paga no Público, pode-o ir fazer ao Terra Quente. Está a ver? Então não é só uma fatia da população, vai lá a população em geral e se não fosse, se não fosse...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Atenção, ordem na sala, por favor. Senhor Deputado *Jorge Humberto*, não interrompa, por favor.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (PSD) disse:** Se me permite, a maior parte da população recorre aos cuidados de saúde daquele hospital, porque senão temos de ir daqui para fora. Agora, se é financiado pelo Sistema Nacional de Saúde, eu pago no Sistema Nacional de Saúde o mesmo preço que vou pagar ao Hospital Terra Quente. É um serviço Público que ali está, entre aspas, que eu não tenho forma de recorrer a ele aqui no concelho e se calhar, tenho que me deslocar para Bragança para fazer esses exames. Fica esse esclarecimento.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Faça mais uma observação ao público sobre as filmagens.

Por último, a Senhora Deputada *Otília Lima* e também o Senhor Deputado *António Figueiredo*. Senho Deputado *António Figueiredo*, vou-lhe dar sempre a palavra, na hora certa, eu só não quero que interrompa as outras intervenções. Pode contar com isso. Obrigado.

----- **A Senhora Deputada Municipal Otília Lima (PSD) disse:** Senhor Presidente, eu esperava não ter que vir aqui outra vez, por uma razão muito simples. Eu sou uma pessoa rigorosa e prezo-me de ser assim, bastante rigorosa e tanto quanto sei, acho que interpreto bem a Lei. Acho que a Senhora Presidente não interpretou tão bem quanto isso ou pelo menos, não o demonstrou, porque referiu a palavra “ilegal” e eu acho que não é. “Poderão” ou “deverão” são coisas diferentes, “ilegal” é outra situação. Eu só faço isto, porque a Senhora Presidente, pegando nas suas últimas palavras de há pouco, “para as pessoas ficarem mais informadas”, muito bem, acho que sim, todos nós deveremos e queremos ser mais informados e por essa mesma razão, acho que a Assembleia merece ser informada com rigor e o rigor é que não é “ilegal”.

Vim aqui só para reafirmar isto. Muito obrigada.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e Público em geral.

Há pouco, mencionei aqui e a excelentíssima Senhora Presidente andou num círculo vazio, às voltas, parecia o “poço da morte”. Eu perguntei-lhe uma situação numa Ata, se não me engano de fevereiro ou de dezembro, já não me recordo bem, em que haveria uma Unidade Móvel cedida por um grupo. A Senhora Presidente disse aqui nesta Assembleia que não se envergonhava de ter essa Unidade Móvel de Saúde, doada por essa instituição ou grupo empresarial.

Foi dito aqui por ela e não pode desmentir isso.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Senhores Deputados dizer-lhes que percebi aquilo que disseram.

A Senhora Deputada *Otília Lima* fez referência ao rigor das palavras, dizendo que era muito rigorosa. Agradeço o seu rigor, contudo, julgo que aquilo que está em causa é realmente e por princípio, o cumprimento daquilo que está legislado.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Martins* não tenho nada a acrescentar.

Em relação ao Senhor Deputado *António Figueiredo* dizer-lhe que respondi à questão e não andei em círculo e às voltas. O que lhe disse foi que “enquadra-se na Lei do Mecenato”. Se quiser e tiver oportunidade vá ler a Lei e informe-se. Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Findas todas as intervenções, questões e dúvidas retiradas, estamos em condições de votar. Estão presentes 55 Membros na sala, passo à votação.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor, 22 abstenções e 6 votos contra, aprovar a Alienação da Participação do Município no Hospital Terra Quente (HTQ).

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela *Luís Guimarães* apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de Voto

Eu votei favoravelmente e em consciência, favoravelmente sob o ponto de vista político, só e apenas.
É a minha Declaração de Voto.”

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* (PSD), apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de Voto

Sempre que isto acontecer e sempre que o considerar necessário, virei sempre fazer uma Declaração da minha intenção de Voto ou do Voto que fiz. Porque? Porque entendo eu também e por duas razões que venho fazer a Declaração de Voto.

Primeiro, porque no final de cada Sessão nunca se fica a saber e eu faço questão, de quando diz respeito à minha responsabilidade, nunca se fica a saber quem é que votou contra, quem é que votou a favor. Acho que, eu imponho a mim próprio, que deve ficar documentada a minha tendência de Voto, se é a favor, se é contra, se é abstenção, porque já houve aqui votações muito importantes, que eu considero importantes e que se ficou sem saber quem é que votou contra e quem é que votou a favor. Sabe-se apenas o número, mas não se sabe quem foi.

Depois, voto contra, por uma outra razão que eu, enquanto pessoa, não posso dissociar a pessoa do político, também é verdade, mas enquanto a minha formação, sem ter nada a ver com formações académicas, a minha formação não me permite votar conscientemente uma votação destas, porque reconheço total incapacidade para avaliar se é favorável para o Município ou se é desfavorável para o Município.

Avaliá-lo-ei provavelmente um dia que vou ficar a saber que, neste momento, o Município tem um ativo de cerca de 300.000,00€, está lá e com certeza que continuaria lá, sempre, talvez até valorizado.

Também não sei o que vai ser o caminho da saúde quer aqui, quer no resto do país, não sei se num futuro seria bom termos o ativo ou se seria pior não o termos. Uma coisa eu sei, é que daqui a dois, três, quatro, cinco, dez anos todos poderemos avaliar e perguntar para onde foi, onde está esse ativo de cerca de 300.000,00€.

Estou a explicar porque é que eu votei contra, porque não sou capaz de avaliar em consciência os prós e contras deste negócio.”

----- **O Senhor Deputado Municipal *Rui Sá* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de Voto

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Colegas Deputados Municipais, Público e Comunicação Social.

Eu votei naturalmente contra, naturalmente para mim, este ponto, não porque ideologicamente seja favorável ou seja contra. Votei em consciência, porque cada vez mais os Serviços dos Municípios do Interior tendem a ser Municipalizados. Ainda hoje, o Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos disse que «caso não houvesse Serviço Privado de Saúde, coitada da população».

É assim, eu já fui intervencionado duas vezes neste Hospital Privado com Participação da Câmara Municipal. A minha mulher teve que fazer uma ecografia de urgência, ontem mesmo. No Público teria que esperar três meses, ali fê-lo de um dia para o outro. Eu sinto-me como Munícipe representado naquele Capital Social e eu poderia até votar favoravelmente este negócio se a esta Assembleia fosse trazido o valor pelo qual as ações iriam ser vendidas. Se ele efetivamente fosse um bom negócio para o Município, na minha avaliação, não teria problema nenhum de o votar favoravelmente. Como não tenho, isto para poder decidir, votei contra.”

3 - III Revisão Orçamental.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de setembro de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a anulação da Deliberação referente ao Ponto 06 – “II Revisão Orçamental 2018”, de 13/09/2018;

2 – Aprovar a III Revisão Orçamental de 2018, elaborada para a para inclusão dos projetos designados por Complexo Cultura de Mirandela – Renovação do Auditório bem como para reforço de diversas rubricas;

3 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Não se registaram inscrições relativamente a este ponto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** O Senhor Deputado António Figueiredo quer fazer uma interpelação à Mesa.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** É só uma coisa muito rápida. Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Primeira Secretária e Segundo Secretário, Senhores Vereadores e Senhora Presidente da Câmara.

O Relatório não faz alusão à dívida da Deloitte, acho que deveria de incorporar, portanto, se isso é uma dívida e não oculta, como diz a Senhora Presidente e que “aqui há dias” me disse que, realmente, era o que a Câmara devia em termos orçamentais, com a dívida oculta de 26.000.000,00€ e “qualquer coisa”, e isso não aparece nesse mesmo Relatório. É só isso.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Relativamente a esse assunto, Senhor Deputado, já tínhamos solicitado ao Sector de Apoio à Assembleia Municipal, para fazer chegar um excerto da gravação e uma cópia da Ata sublinhada das declarações quer suas, quer da Senhora Presidente, por forma a poder comprovar esse valor que está na Ata, julgo na página 58. Pensamos que no decorrer da próxima semana faremos chegar o áudio e a Ata ao Senhor Deputado e ao Senhor Deputado Paulo Pinto na qualidade de líder de bancada.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Quero dar um esclarecimento relativamente a esta questão, isto trata-se de uma Revisão Orçamental, o único propósito que tem foi a inclusão de um Projeto, de uma Candidatura que foi apresentada no âmbito do Programa BEM, ao complexo cultural, com a renovação do auditório.

A segunda Revisão Orçamental ficou sem efeito, porque houve e tal como está nos documentos enviados, uma alteração de carácter urgente de alteração de rubricas, no âmbito das doenças, maternidade e paternidade. Portanto, esta terceira Revisão ao Orçamento não está relacionada com as questões do relatório da Deloitte.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Passamos à votação, estão presentes 45 elementos na sala.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor e 7 abstenções, aprovar a III Revisão Orçamental 2018.

4 - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de setembro de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 - Aprovar a Proposta de Alteração de Mapa de Pessoal de 2018;

2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Verificam-se apenas duas inscrições para este ponto. Pedia aos Senhores Deputados que ponderassem já se querem intervir, porque normalmente há cerca de duas inscrições e depois surgem mais intervenções e vai-se alargando o tempo. Digo isto para se poder ordenar o tempo.

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:** As intervenções e comentários podem suscitar intervenções posteriores, portanto, parece-me que isto de nos estarmos a inscrever, no Regimento refere-se ao período de Antes da Ordem do Dia, de resto não diz mais nada a propósito disso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Senhor Deputado é verdade, mas agora tem dez minutos para intervir e depois não tem.

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:** Mas se entretanto algum dos Deputado disser alguma coisa que me suscite um comentário, tenho direito aos mesmos dez minutos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Não é um método correto, que aliás o Senhor aqui na Mesa também não praticava.

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:** Praticava sim, sempre foi assim.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** De qualquer forma o nosso critério...

----- O Senhor Deputado Municipal *Humberto Cordeiro* (PSD) disse: Aliás, nós estamos sempre atentos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse: O nosso critério é outro. Estou a fazer um apelo...

----- O Senhor Deputado Municipal *Humberto Cordeiro* (PSD) disse: Pois, mas não estão a cumprir o Regimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse: O Regimento é omissivo nisto. Estou a fazer um apelo no sentido de...

----- O Senhor Deputado Municipal *Humberto Cordeiro* (PSD) disse: Eu compreendo isso.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse: Como o Senhor sabe, temos uma hora. Como é possível controlar uma hora se depois surgem dez, quinze ou vinte intervenções?

----- O Senhor Deputado Municipal *Humberto Cordeiro* (PSD) disse: Compreendo isso perfeitamente, mas geralmente não acontece.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse: Não é por isso que as pessoas não se vão fazer ouvir. Como sabem, sou apologista de que o que se tem que dizer, deve-se dizer para esclarecer e para o bem do Município e vamos continuar a fazê-lo. Muito obrigado.

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Ferreira* disse: A Mesa regista apenas duas inscrições, Senhores Deputados *Carlos Ventura* e *Paulo Pinto*. Sendo assim, por ordem de inscrição, uma vez que são da mesma bancada, tem a palavra o Senhor Deputado *Carlos Ventura*.

----- O Senhor Deputado Municipal *Carlos Ventura* (PSD) disse: Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Excelentíssima Senhor Presidente da Câmara, Executivo, Caros Colegas e Público em geral.

O assunto que me leva a intervir neste ponto tem a ver com os critérios tidos em conta ou simplesmente a falta deles.

Que o Executivo queira racionalizar e otimizar os recursos disponíveis, certíssimo. A questão, no nosso entendimento, é porque é que há de ser o colaborador A e não o colaborador B a subir na carreira?

Neste momento, a Autarquia terá cerca de 40 colaboradores que reúnem as condições para serem abrangidos pela mobilidade intercarreiras. A questão que se coloca, que não se vê explicada na vossa certidão, é os critérios que foram usados.

Que os colaboradores tenham as competências para a mobilidade, isso terão certamente. Que os colaboradores tenham a aspiração de poder progredir nas suas carreiras, mais do que justo. Mas porquê o colaborador A em vez do colaborador B?

O que acha que irá acontecer à motivação do colaborador que legitimamente aspire a subir, até porque tem as mesmas competências do outro colaborador, e vê-se ultrapassado sem uma justificação mensurável?

Partindo do princípio que o colaborador A e B têm as mesmas competências, qual é o critério de desempate, Senhora Presidente? Confiança política?

Atrevo-me a dizer que para um Executivo novo, já se vêm velhos hábitos. Assim sendo e somente pela manifesta falta de critérios, a bancada do PSD vai-se abster neste ponto. Disse.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, a não publicação de critérios, condiciona de segura maneira a nossa votação, porque gostaríamos de votar favoravelmente e vamos pela abstenção.

Aos que são promovidos, damos os nossos parabéns, mas se apresentasse critérios, libertá-los-ia de qualquer Ónus Político, sob pena dos funcionários promovidos, por alguma razão ou outra, haja interesse maior da sua parte e de outras campanhas em querê-los promover. Se apresentar critérios, os promovidos ficariam libertados de qualquer ónus e entretanto, os que não promovidos, que são bastantes, ficariam a saber porque não foram promovidos.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse: Boa tarde a todos. Este é um assunto particularmente importante na gestão do Município de Mirandela.

O Município de Mirandela contou ao longo dos últimos anos com a ausência de estratégia de qualificação, de formação e de mobilidade dos seus colaboradores. Estranho por isso, que venham aqui falar de critérios quando nunca estabeleceram critérios para a admissão de Avenças, nunca estabeleceram critérios nem concursos para situações de mobilidade intercarreiras, até porque no decorrer do ano de 2017, entraram em mobilidade intercarreiras cinco colaboradores. Nesse mesmo ano, ano pré-eleitoral, foram contratadas pessoas através de um contrato individual de trabalho, através de uma empresa de trabalho temporário, e portanto, sempre assumiram que a gestão de Recursos Humanos dependia fundamentalmente da entrada ou não de outras campanhas e outras estruturas.

Os critérios que foram utilizados nas mobilidades intercarreiras, assumidas por este Executivo tem a ver essencialmente com carácter legal, ou seja, corresponderem às exigências legais, também à adaptabilidade das funções e por outro lado, a necessidade dessas mesmas categorias e carreiras dentro da gestão dos nossos Recursos Humanos.

Quando fala em promoção, eu falarei em justiça. Quando fala em velhos hábitos, estes velhos hábitos estão concretamente relacionados com as vossas políticas de Recursos Humanos. As políticas de Recursos Humanos que não existiam, não havia

sequer uma estratégia para a formação, pois há anos que os nossos colaboradores não têm formação, exceto “meia dúzia” de pessoas.

Neste momento, posso-vos dizer com toda a segurança que o nosso Município tem graves problemas na área do Urbanismo, na área da Contabilidade, na área Jurídica, na área do Saneamento, das obras, dos jardins. Tivemos três anos sem um Plano de Formação executado, ou seja, não tivemos a capacidade de dar formação aos nossos colaboradores, ficando o Município dependente de duas, três ou quatro pessoas.

É lamentável Senhores Deputados, é lamentável que o estado dos Recursos Humanos no Município esteja assim. Por isso, e também para responder a algumas questões que foram levantadas na última Reunião de Câmara do Executivo Municipal, o que vos tenho a dizer é que sim, são necessárias consultorias, porque os nossos lançamentos no Aprovisionamento, nas rubricas da Contabilidade, estão todas mal feitas, porque o nosso património não está registado. O que está registado está mal registado, porque só estão os edifícios, não estão os equipamentos.

É preciso trabalhar pela formação dos nossos colaboradores, porque sem terem formação, não vamos conseguir chegar a lado nenhum, porque nós precisamos mais dos nossos colaboradores, do que os colaboradores precisam de nós. A formação tem que ser para todos, não tem que ser só para “meia dúzia”. Tenho dito, obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhora Presidente, eu falei em critérios. Aquilo que o anterior Executivo fazia ou não fez bem, já foi sufragado em eleições e sabemos, todos nós, o resultado.

Perante a mensagem única “O outro caminho”, que a Senhora Presidente defende e defende tanta transparência nos seus atos que toma, vai tomar e tomará no futuro, tanta transparência, ficava-lhe bem neste ponto em apreço, ao abrigo da transparência que tanto defende, apresentar os critérios pelo qual promove estes funcionários.

Não basta evocar a transparência quando nos dá jeito, quando depois na nossa prática e nestes pequenos pontos, bastante importantes, não fazemos prática e uso da mesma.

Responda, por favor, quais foram os seus critérios, porque fez critérios seguramente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** O passado importa para fazermos o presente e o presente importa para construirmos o futuro. Não podemos gerir um Município sem que haja uma avaliação do passado, não é chegar aqui e “com uma esponja” apagar o passado. Isto não se pode fazer, nem no Município, nem em qualquer organização ou empresa. Há vícios, há formas de trabalhar, há ausência de informação e formação, há determinados requisitos que vocês conhecerão mais do que nós, porque já estão na Câmara há muitos anos e nunca houve uma política de Recursos Humanos.

Eu disse-lhe quais foram os critérios. São em primeiro lugar, critérios legais, ou seja, a adaptabilidade da Licenciatura, pois estamos a falar essencialmente de três categorias de mobilidade intercarreiras: Assistente Operacional para Assistente Técnico e Assistente Técnico para Técnico Superior.

Se eu tirar um curso de Astronomia e se não tiver uma função ou lugar ligada à Astronomia no Município, por maioria da razão, como não é uma necessidade do Município, não posso ser enquadrada. Estamos a falar de carreiras ligadas à Informática, às Tecnologias, às Bibliotecas, entre outras. O nosso objetivo é fazer de forma faseada e conforme as necessidades do Município, ir criando a mobilidade intercarreiras a todos.

O que vocês deviam saber e que se estão a esquecer é que herdamos um Plano de Saneamento Financeiro, que não nos permite sequer contratar nem criar mobilidade interprofissional, porque não podemos subir o pagamento de Recursos Humanos. Isso vocês sabem, mas fazem de conta que não sabem, porque não houve passado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:** Prestados os devidos esclarecimentos, a Mesa regista 55 presenças na sala, pelo que estamos em condições de votar este ponto.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor e 26 abstenções, aprovar a Alteração ao Mapa de Pessoal 2018.

5 - Outros Assuntos de Interesse do Município.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Registam-se nove inscrições.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** “Excelentíssimo Presidente da Mesa e Secretários, Excelentíssimos Deputados Municipais, cumprimento também a Senhora Presidente e Senhores Vereadores, estimados Mirandenses e Comunicação Social.

Decorreu um ano desde que se “fez história” em Mirandela e continua a fazer-se História.

- É que o principal Partido da Oposição nunca tinha sido Oposição há mais de 40 anos. É um facto!
- E parece que alguns elementos desse Partido ainda não interiorizaram que o poder autárquico em Mirandela mudou de mãos.
- E mais, nunca a atividade de um Executivo tinha sido tão vigiada e esmiuçada, tão escrutinada.”

Agradecia que não houvesse comentários e *apartes*, não fica bem, eu não faço isso a ninguém.

“Mas, não venho aqui fazer nenhum balanço da governação deste Executivo, venho antes partilhar convosco algumas reflexões que muito me preocupam, sobre posturas e atitudes, comportamentos e políticas em geral, mas não sobre pessoas em particular.

Aliás, penso que também preocupam muitos Mirandelenses. Ouve-se nas ruas que nos reunimos aqui na Assembleia Municipal apenas para nos confrontarmos e não para tratar dos problemas dos cidadãos, e que, às vezes, o ambiente é semelhante a uma turma de alunos malcomportados. Enfim, vale o que vale...!

Mas não é fácil contrariar estas afirmações da voz do povo, quando reina um certo clima de arruaça nos corredores, com atitudes de ameaça que mais parecem de trauliteiros de pistola-à-cinta...!

Mas, continuando, e refletindo, então, começo por realçar a pluralidade, abrangência e tolerância para com as diferentes sensibilidades ideológicas com que a Senhora Presidente tem conduzido a governação do Município!

E permita-me Senhora Presidente, que lhe peça o seguinte:

Mantenha a humildade, além da firmeza e determinação! Continue a exercer o poder sem arrogância, sem prepotência ou autoritarismo, respeitando a dignidade dos que a rodeiam e consigo trabalham.

Bem sei que não é fácil manter delicadeza, assertividade, cortesia, elegância, elevação, calma, serenidade, quando estão permanentemente a tentar achincalhar-nos.

E continuando a refletir, agora quanto aos comportamentos dalguns elementos desta Assembleia que sempre se dirigem aos elementos da Mesa, à Senhora Presidente e aos restantes Deputados Municipais num tom por vezes verdadeiramente insultuoso, carregado de agressividade, críspação, animosidade, truculência, já para não falar de certas atitudes que chegam a ferir a dignidade do coletivo que é a Assembleia Municipal.

E mais, refletindo ainda: e o que pensarão os Professores aqui presentes se algum dos seus alunos estiverem permanentemente a sair do lugar e andar a mascar pastilha elástica de boca aberta virado para a turma?!

Será que não sabem ter outra compostura e fazer Oposição doutra maneira?

Termino com um apelo e desafio a quem entender acatá-lo:

Demarquem-se destes comportamentos, manifestem publicamente, de forma escrita, aqui ou onde entenderem o repúdio pelas atitudes de alguns elementos desta Assembleia ou tenham a coragem de, nos termos legais e regimentais, pedir a renúncia do mandato, o qual – lembro –, é individual e não depende de qualquer vontade partidária, mas simplesmente da livre decisão de cada um.

Os que não o fizerem ficarão para sempre vinculados a esses comportamentos indignos, bem podem esforçar-se para o negarem. O juízo sobre essa matéria não será meu, mas sim da história, neste caso, a da Assembleia Municipal de Mirandela!

Vai continuar a fazer-se história e nada será como dantes em Mirandela!

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Ouvi-o com muita atenção, dou-lhe razão em algumas coisas, noutras nem tanto. No que diz respeito à Assembleia Municipal e ao seu comportamento, não partilho da sua opinião, peço desculpa, porque de facto, existem momentos duros e agressivos, mas se fizermos uma avaliação da nossa Assembleia, comparativamente com outras Assembleias, o balanço é extremamente positivo.

Meço a Assembleia pelo conteúdo das intervenções, o calor, a elevação de voz faz parte da vida política. Já cheguei, inclusive, a acusar um Deputado de transformar isto, digamos, “numa feira”, se calhar excedi-me e peço desculpa por isso, mas não é o todo da Assembleia. Estamos aqui 61 pessoas, em que o “grosso” são pessoas muito corretas, portanto, por esse motivo, tinha que dizer, não partilho na íntegra da sua opinião, Senhor Deputado *Agostinho Beça*. As minhas desculpas.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente de Câmara, Assembleia Municipal renovo os cumprimentos.

Eu sou Professor e não ando com chicletes, o mais que pode acontecer, sob pena de incomodar o meu colega do lado, trago uns chocolates que vão derretendo na boca, que hoje ainda não usei. Sou humano e posso falir, mas sei muito bem as funções de um Professor, as funções públicas e a influência que pode ter sob menores que estão em idade de formação.

Outra coisa, Senhor Presidente, será que posso dizer isto sem ofender ninguém? Desde a primeira hora, a minha preocupação enquanto líder desta bancada, foi recolocar o discurso dos Deputados que me acompanham, como discurso de Oposição. Já nos libertamos há muito tempo daquilo que nos acusam, de que ainda somos ou pensarmos ainda ser Poder.

Vou dizer outra coisa, que também acho que me permitem dizer. Nós já nos libertamos, a Senhora Presidente *Júlia Rodrigues* é que ainda não se apercebeu que já é Presidente de Câmara, que é Poder e que tem que necessariamente tratar do desenvolvimento de Mirandela e passa todos os dias, de Assembleia em Assembleia, de Reunião em Reunião, a discutir só os assuntos do Passado e a perseguir pessoas.

Fui excessivo? Não era para falar nisto, mas simplesmente me provocaram, porque a Senhora Presidente *Júlia Rodrigues* tarda a inaugurar o seu Mandato.

Mas, tenho que fazer este pequeno reparo: A Senhora Presidente *Júlia Rodrigues*, na primeira Assembleia, em que todos estivemos presentes, teve a humildade de dizer que o Orçamento que aprovamos naquela Assembleia era um Orçamento de continuidade. Não sou cabresto, desculpem-me o termo, porque agora digo uma coisa, mas também a defendo noutra posição, porque é uma declaração pública que está em Ata. Podia muito bem, essa posição que diz lhe respeito, esquecê-la e não a usar mais.

Neste sentido, permita-me se posso fazer esta intervenção: Doutora *Júlia Rodrigues*, ultrapassado um período intenso de atividades e momentos festivos, que ocorreram anualmente por todo o Concelho de Mirandela, principalmente nesta época do ano, desejo falar-lhe sobre o comportamento exemplar que o meu Partido teve nos últimos meses.

O PSD saiu imaculado na sua ação política nestes últimos tempos, porque pautou-se de forma séria e honesta. De forma séria, porque foi nas Reuniões de Câmara e nas Assembleias Municipais, que tomamos as nossas opções políticas referentes às Festas da Nossa Senhora do Amparo e de forma honesta, porque não incendiamos o ambiente político em torno das mesmas, onde

sim, o Executivo da Câmara Municipal esteve sobre escrutínio público, como ainda não tinha experimentado, até então, desde as eleições.

Seria muito mais fácil para a Oposição, aquando da instalação dos equipamentos de diversão, dizer na comunicação social e de forma clara - “Proprietários do Luna Parque mandam em Mirandela”, porque de facto mandaram mesmo.

Doutora *Júlia Rodrigues*, o PSD, repito, foi um partido exemplar, respeitador das instituições, dos seus dirigentes e das suas opções tomadas, que tiveram que tomar no momento, porque consideramos, que em política não vale tudo, muito menos fazer política no âmbito das Festas de Mirandela.

Contudo, Senhora Presidente, o PSD, faz uma leitura política muito encorajadora, tendo verificado que nem tudo são rosas para o lado da governação. A comprovar estão as declarações que proferiu no dia 22 de julho, publicadas bem cedo, onde a Senhora Presidente deixou escapar a sua preocupação sobre as críticas de que foi alvo e que nada melhor, do que desabafar com os seus apoiantes.

Sobre o título da sua mensagem - “O maior desafio da minha vida”, para conseguir a melhor análise, por momentos lembrei-me em me apoiar em *Alexandre O'Neill*, poeta exímio na arte de desconstruir discursos políticos, de zombar no *status-quo* vigente e na subvenção dos discursos numa espécie de paródia ao estabelecido. Mas confesso que não foi preciso tanto!

Porque, quando a Senhora Presidente tem uma maioria absoluta, poder conferido pelo voto democrático dos Mirandenses, não tem mais desculpas para justificar todos os males da sua governação, sejam por culpa da Oposição, mas se assim entender, continue com essa ladainha, que nós, PSD, encontraremos nesta questão uma oportunidade política para explicar o que deve ser explicado. Sobre a falta de cultura democrática, de que nos acusa, e de não apresentarmos soluções para os problemas, Senhora Presidente, a bancada a que pertencemos irá no decorrer da Assembleia, provar-lhe de forma categórica, que quem não tem cultura democrática e soluções para os problemas é o Executivo da Câmara que a Senhora é a Presidente.

Mas, Doutora *Júlia Rodrigues*, passando à frente, como foi memorável, imagino, aos olhos dos seus correligionários, a conquista da Câmara Municipal por parte do seu Partido.

Apresentou-se ao eleitorado como a candidata mais capaz de colocar Mirandela no melhor dos pedestais, nem que para isso, tivesse de fazer novas delimitações e fronteiras ou a conquista de novos territórios e instituições, desalojando para o efeito se necessário, os seus dirigentes, a fazer lembrar lutas típicas de Imperadores Romanos, numa expansão de territórios e lógicas de Poder.

Senhora Presidente, parece-nos que de Imperatriz empossada de armadura e manto político, tem ainda muito, mas cada vez menos, porque já nem o Parque Império lhe permitiu que nas noites festivas de verão passear a coroa de louros, símbolo da glória conquistada na última campanha eleitoral, como o fez nos primeiros meses de Mandato.

Senhora Presidente, o PSD, acredita, cada vez mais, que perderá ao longo do Mandato, o “direito de morgadio político”, pelo que não acreditamos que a filha mais velha de uma família, continue a ter a capacidade de garantir votos e terras a favor do seu Partido, porque em política não existem heranças, tudo é conquistado dia-a-dia e em política, todos os dias contam para a conquista da vitória.

Noutro barómetro político, permita-me que me dirija a si, Senhor Presidente da Assembleia e também, aos Senhores Secretários, pela atitude que tiveram perante a exigência da assinatura do termo de confidencialidade, aquando do levantamento da auditoria elaborada pela Deloitte.

Tal obrigatoriedade, da assinatura do termo de confidencialidade, funcionaria como uma espécie de - “Lei das Rolhas”, que o atual Executivo tentou colocar a cada um dos membros desta Assembleia, a fim de evitar que o relatório da auditoria fosse objeto de críticas ao Executivo da Câmara Municipal.

A “Lei das Rolhas” foi aprovada a 3 de agosto de 1850, que visava evitar críticas à governação de *Costa Cabral*. As reações a esta Lei foram imediatas. Homens ilustres, como *Garret*, *Bulhão Pato* e *Herculano* exigiram de imediato a retirada da Lei.

A bancada do PSD, classificou a postura de Vossas Excelências, como de homens sérios, de elevado valor político e de sentido crítico apurado e que não olham a vida só pelo prisma partidário.

Pelo que, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor *Luís Guimarães* e Senhores Secretários, sintam-se bem nesta Assembleia e gozem de igual modo, por momentos, a grandiosidade política e cívica do ato praticado por tais ilustres personagens da vida Portuguesa.

Tal posição da vossa parte, afasta-os de responsabilidades, sobre o patrocínio político do maior embuste criado, que foi o relatório da auditoria às contas do exercício autárquico do anterior Executivo do PSD.

A bancada do PSD, muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente, eu vou aproveitar este tempo, Depois da Ordem do Dia, para fazer uma crítica construtiva à Câmara Municipal e ao Executivo, que está relacionada com a Semana Europeia do Desporto.

Em 2015, o nosso Município, na Semana Europeia do Desporto que se realizou do dia 22 ao dia 30 de setembro, teve cerca de 27 atividades. No ano de 2016, teve cerca de 28 atividades. No ano de 2017, teve cerca de 35 atividades. Por incrível que pareça, no ano de 2018, não teve nada.

Fazia aqui um apelo ao Senhor Vereador pelo Pelouro do Desporto, Professor *Orlando Pires*, e perguntar-lhe diretamente o porquê de a Câmara Municipal de Mirandela, visto que tem sido um apanágio do anterior Executivo temos atividades sobre esta semana, sendo que este ano não temos qualquer tipo de atividade registada, a não ser Vila Real e Bragança.

A minha questão é: Qual foi a razão e motivo, sabendo nós que a Câmara Municipal de Mirandela, tem cerca de 30 Técnicos formados na área do Desporto e não tiveram a capacidade, talvez falta de tempo ou falta de verba, para não terem conseguido programar uma Semana Europeia do Desporto com algumas atividades que fazem todo o sentido, visto que estamos a comemorar a Semana Europeia do Desporto.

A minha pergunta é exatamente nesse sentido. Qual foi a razão e motivo para que no ano de 2018, a Câmara Municipal de Mirandela, neste caso Mirandela, não ter tido qualquer tipo de atividade neste Semana Europeia do Desporto?

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, Cristina Passas (PSD) disse:** Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários. Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores. Excelentíssimos Deputados, Público presente, Comunicação Social.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a Associação GeoLobo de Vale de Lobo pela menção honrosa que lhe foi atribuída, no prémio BPI Sénior, porque sendo uma Associação em que é alavancada por trabalho solidário em prol de uma comunidade ou faixa etária rural, que não digo desfavorecida, mas que precisa de muito entorno e precisa de muito dinamismo. Neste caso, quer na pessoa da *Betina Teixeira*, quer no caso da *Maria Gouveia*, gostaria de lhes deixar os meus parabéns e penso que toda a Assembleia também, pois são um exemplo daquilo que nós poderíamos e deveríamos fazer em prol da nossa comunidade.

Após esta intervenção, gostaria de me dirigir a si, Senhor Presidente.

Em abono da verdade, vou-lhe pedir que a qualquer momento me interrompa, se a minha memória me falhar ou alguma coisa não estiver correta.

Em relação à intervenção do Senhor Representante da Bancada Parlamentar do PSD, Professor *Paulo Pinto*, que no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos do dia de hoje, referiu na fase final da sua intervenção, que houve uma Senhora Deputada que em sede de votação, inicialmente na sua intervenção, tinha dito que não iria votar o ponto visto que era pessoa interessada. Se a pessoa regressar, eu gostaria de comentar e caso não tenha a possibilidade de me retificar hoje, poderá ficar para a próxima Assembleia.

Penso que essa Deputada, na intervenção que fez antes da votação, tentou procurar fazer o enquadramento do que a levaria, o que o mesmo já tinha sido feito em 2015, do porquê de ela considerar que era uma questão maior e que independentemente da forma jurídica que se deveria encontrar, os interesses do tecido comercial empresarial de Mirandela, deviam estar atendidos. Perante isto, ela assumiu que não iria votar. No entanto, a Bancada Parlamentar do PSD, penso eu, que inicialmente tinha dito que se ia abster no ponto.

Perante o calor da discussão e tendo a Bancada Parlamentar do PSD se ausentado, entrando nós, mais uma vez, num impasse da situação que hoje veio novamente ao desempate, penso que a referida Deputada da Assembleia Municipal, não se apressou a reentrar na sala para votar, mas sim para perguntar à Mesa/indagar a Mesa se ela na qualidade de Deputada eleita pela Junta de Freguesia, podia em conformidade com o Regimento e com a Lei, votar o ponto. Resposta essa, que foi dada pela Mesa, que não estariam em condições de responder naquele momento em que logo a seguir, o Senhor Presidente decidiu interromper a Assembleia.

Posto isto, gostaria de dizer que a verdade seja reposta, isto é, eu penso que a Senhora Deputada não se apressou em votar, o que a Senhora Deputada fez foi perceber se ela teria a legalidade ou não de poder ajudar a resolver uma situação que estava num impasse, que em muito prejudicava muito os envolvidos.

Senhor Presidente, eu vou-lhe pedir, em primeiro lugar e considerando a situação, que seja dito o nome dessa Deputada e a que Bancada Parlamentar ela pertence. Porquê? Porque se calhar há aqui pessoas que não estiveram na anterior Assembleia e as pessoas têm o direito de saber.

Ponto dois: Se essa Deputada efetivamente tiver infringido o Regimento, que lhe sejam aplicadas todas as medidas coercivas ou outras, a que ela deve ser sujeita. Nesse caso, ela não tenha tido “culpa no cartório”, vou evocar aqui um provérbio, Senhor Presidente: “À mulher de César não basta só ser séria, também tem que parecer séria”, porque se não, corremos o risco de começar a ser mais sofistas que os sofistas da Antiga Grécia. Disse.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu, Bernardino Pereira (PSD) disse:** Muito boa tarde a todos. Cumprimento a todos.

O Romeu está de parabéns, porque o Restaurante Maria Rita ganhou uma das “7 Maravilhas”. Está o Romeu de parabéns, mas também o concelho de Mirandela.

Não fiquei muito contente, porque não fui convidado para ir ao Algarve a primeira vez. Vi lá alguns Presidentes da Junta do concelho de Mirandela e eu não estava lá. Eu é que devia ter sido convidado como Presidente da Junta, não como cidadão.

A segunda vez, a Senhora Presidente ligou-me sexta-feira para ir ao Algarve no sábado. O Algarve não é ali em Bragança nem em Vila Real, uma pessoa demora cerca de 7 horas para chegar ao Algarve e ainda não sabia em que transporte é que deveria ir.

Gostava de perguntar à Senhora Presidente, porque não fui convidado? Foram convidados alguns, houve certas desculpas, mas eu não fui convidado.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (PSD) disse:** A Senhora Deputada *Cristina Passas*, tirou-me a possibilidade, pois eu queria dar um ênfase à Associação GeoLobo, porque ganhou um prémio BPI Seniores com um Projeto quer é “Envelhecer transmitindo saberes e sabores”. A Associação GeoLobo foi constituída em 2016, sendo muito impulsionada pela comunidade local, em que teve sempre o apoio da Junta de Freguesia, pois trabalhamos arduamente para isso. Fico muito contente quando ao fim de três anos, uma Associação consegue trazer para a Freguesia, nomeadamente para a sua localidade e para o concelho de Mirandela, 11.000,00. Para além disso, traz uma menção honrosa e isso deve merecer a todos uma séria reflexão, nós Autarcas de Freguesia, quando muitas vezes temos Associações na localidade a quem exigimos que trabalhem, porque temos que exigir que elas trabalhem e que de alguma forma correspondam a essas expectativas e a esses apoios que lhes damos.

A GeoLobo foi fantástica neste trajeto, porque acabam por ser o rosto da população, mas não queria deixar a população de Vale de Lobo fora deste elogio particular, porque é uma comunidade fantástica, agregadora e sempre disposta a ajudar o vizinho e a trabalhar em prol da comunidade. Portanto, não só à Associação GeoLobo, na pessoa da *Betina* e de todos os dirigentes que tem, mas também à comunidade de Vale de Lobo, a quem deixo os parabéns por esta menção honrosa.



No segundo ponto da última Assembleia, vieram aqui acusar-me de tudo e mais alguma coisa, sendo que durante este 15 dias fiquei a saber muita coisa sobre aquilo que tinha acontecido. Quais foram as motivações, quem motivou, quem de alguma forma esteve por trás para que isso fosse possível, e isto é como o azeite, a verdade “vem sempre ao de cima”. A verdade vai ficar comigo e tendo em conta que alguém até disse que iria pedir as chamadas telefónicas à Polícia Judiciária, espero que o faça e espero que o faça para que um dia se possa descobrir uma chamada telefónica que eu recebi, pelo meio, sobre este processo.

Acusaram-me de muita coisa e eu fico contente, pois ontem a família foi lá pagar a concessão da campa, era sinal que o Presidente da Junta estava cá para defender o interesse da Junta, dos seus fregueses e olhar pelo interesse de todos e não pelo interesse individual de cada uma das pessoas. Está aqui a prova de que foi paga a concessão no dia de ontem, era sinal que nós tínhamos razão e eu só lamento que se possa fazer certos desabafos do sentido que vai lá, porque o indivíduo tem a mania que é esperto. Eu não sou esperto, quero defender os interesses da minha Freguesia, defender os interesses das pessoas e quero acima de tudo, que toda a gente seja tratada por igual. É um princípio que eu tenho.

Para terminar, Senhor Presidente, quando venho aqui, falo com o Senhor Presidente da Assembleia, nada tenho com o Sr. *Luís de Melo Guimarães*, conheço-o há pouco tempo, o que não posso dizer o mesmo do Senhor *José António*. É ao Senhor Presidente que me dirijo, é sempre nesse papel e nessa pessoa que o faço, sendo da mesma forma que o faço quando me dirijo à Senhora Presidente da Câmara, não é a *Júlia Rodrigues* que eu insulto, não é à *Júlia Rodrigues* que me dirijo, mas sim à Presidente da Câmara.

Em cinco anos fui Oposição no CDS-PP, este ano sou Oposição no PSD, fi-lo sempre aqui com cordialidade, honestidade, seriedade e educação, por isso, não me posso rever em comentário de que sejamos arruaceiros ou pistoleiros, seja aquilo que for.

Aqui dentro debatem-se ideias e valores, debatem-se projetos, não se insulta nem maltrata ninguém, porque eu não me recorde de em cinco anos a Polícia ter de vir aqui à Assembleia Municipal tirar alguém para fora. Portanto, não me posso rever nesses comentários, como também não gostei de ver algumas entrevistas que foram dadas, onde se fala em arruaceiros e em agressividade. Tenho alguma dificuldade em perceber o que é a agressividade, porque a agressividade aprendi-a sempre de uma determinada forma, ou seja, é quando alguém ofende outro verbalmente ou até fisicamente. Aqui debatem-se ideia e valores, quem se refugia nestes argumentos, se calhar, é que tem que pensar o que está a fazer aqui nesta Assembleia, porque quem quiser debater valores, ideias e a evolução do concelho de Mirandela, então, é que está mal posicionado.

Já fui Oposição quatro anos e estou preparado para ser mais quatro anos, não tenho problemas nenhuns com isso, mas sempre me relacionei com educação institucionalmente com a Câmara Municipal e com os seus dirigentes, no passado e penso que até hoje ninguém me pode acusar do contrário ou de não o ter feito da mesma forma.

Trabalhei como Presidente da Assembleia durante quatro anos, tenho trabalhado consigo ao longo do ano e tenho muito gosto em trabalhar consigo, porque reconheço a isenção da Mesa, reconheço que a Mesa está cá para colaborar, mas como em tudo na vida, há falhas, sendo que estas falhas fazem parte do protocolo e da Democracia, por isso, acho que temos de ser compreensivos nesse aspeto.

Não me rotulem quando eu li que “os membros do PSD são arruaceiros”, eu sou membro do PSD com muito gosto e por opção, porque podia ter sido membro de outra bancada qualquer, estou à-vontade para dizer isto, pois tive convites de todo o lado para lá estar, mas escolhi esta família e é com esta família que eu estou para o bem e para o mal. Quando estão a acusá-los de arruaceiros, estão-me a acusar a mim, quando estão a acusá-los de ser agressivos, estão a acusar-me a mim e acho que até hoje, ainda não veio cá a Polícia para por alguém daqui para fora.

Preso que este tipo de relacionamento que temos se mantenha, porque espero eu que não tenhamos que vir para aqui um dia “com a pistola à cinta” para trocarmos tiros uns com os outros, para ver qual de nós terá mais razão.

Senhor Presidente, obrigado pelo trabalho que tem feito, da minha parte desculpabilizo-o por algumas falhas e peço-lhe imensa desculpa se algum dia ofendi o Senhor Presidente da Assembleia ou alguém da Mesa. Da mesma forma digo, Senhora Presidente da Câmara, a seu respeito, peço-lhe imensa desculpa se algum dia a ofendi, porque podia ter excedido a minha voz ou ter falado um pouco mais alto, mas é a minha forma de estar. Obrigado a todos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Obrigado Senhor Deputado. Tenho que reconhecer que nunca me senti ofendido por ninguém, nesta Assembleia. Grato pelas palavras, acho que são justas e verdadeiras. Vamos continuar com esta relação e havemos de continuar a elevar a nossa Assembleia com esta correção. Claro que não vamos deixar de ter momentos acesos, mas o que seria da Política sem esses momentos e esses confrontos?

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, *António André Geraldo (PSD)* disse:** Muito boa tarde a todos. Cumprimentar a Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Colegas de Bancada, Senhores Deputados, Público, Meus Senhores e Minhas Senhoras e Comunicação Social.

Ao longo de nove anos que estou nesta Assembleia, esta é a minha primeira intervenção e não é por acaso, porque todos nós sabemos falar, temos as nossas habilitações e há coisas que têm que ser levantas, mas é preciso sabê-las levantar.

Quem esteve há oito dias neste Assembleia, pois esta Assembleia não começou hoje de manhã, já começou há oito dias, foram trazidos muitos assuntos e ataques pessoais, onde eu não me revejo nesse tipo de política.

Considero-me um Político amador. Estou na política há nove anos, fui proposto e ganhei as eleições, se não fossem as falcaturas que existiram, na altura, na minha aldeia que funcionava por plenário, onde não havia qualquer controle a nível de fiscais de Partidos ou coisa alguma, se as coisas fossem postas “preto no branco”, tinha ganho por três votos, mas assim não foi e ganhou o meu adversário por dois.

Dei conhecimento ao Tribunal Administrativo, na altura, com documentos e não por “lérias”, mas o que eles queriam era que eu apresentasse um Providência Cautelar e teria toda a legitimidade, segundo o Senhor Procurador, para impugnar as eleições.

Tinha apoiantes que queriam que eu seguisse com essa situação, mas eu coloquei isso de parte e passados quatro anos, voltamos às eleições, estando nós à frente desde 2009.

Trago alguns assuntos que têm a ver com a minha Freguesia, sendo que alguns de que vou falar vão sendo transversais, uma vez que implicam a minha Freguesia e a Freguesia de alguns vizinhos, no caso, São Salvador e Frechas. Estes assuntos têm a ver com a falta de informação que eu tenho e que já solicitei verbalmente à Senhora Presidente, neste caso, aquando a última Reunião que tivemos no mês de junho, ao qual ainda não obtive qualquer resposta, relacionada com o Processo da Prospecção do Minério, aqui na nossa terra.

Tenho revisto isso na primeira pessoa, como Presidente de Junta e como cidadão daquela localidade. Os senhores dizem que andam com um Projeto de Prospecção para estudar alguma coisa, fala-se em minas de ouro e de prata, mas não sei. O que é certo é que no dia-a-dia sou interrogado pelas pessoas, sobre o que os senhores andam a fazer, pois “trepam” terrenos em vários locais, assim como derrubam vários muros. Inclusive, um senhor em São Salvador no mês de julho, que me interpelou, chamando nomes aos senhores e não lhes chamou “santos”, embora o senhor não deixe de ter a sua razão, pois invadiram uma propriedade e derrubaram um muro para terem acesso com a maquinaria. O que acontece é que eu caio nesta situação, sem saber o que dizer as pessoas.

Solicitei à Senhora Presidente, a nível de licenciamento, o que existe, se é que existe, para ver se temos algo como suporte e deixo isto no “ar” para os meus vizinhos de São Salvador e Frechas, porque os trabalhos não é só na Freixeda, é também em Vila Verde, São Salvador, Vale da Sancha e no Concelho de Vila Flor.

Não sei se estão a trabalhar legalmente, pois já houve uso de explosivos numa galeria antiga que foi das últimas a ser aberta, quando trabalhou na década de 40 e 50. Não sei como estes explosivos foram transportados, pois só via uma carrinha normal sem qualquer caracterização. Não havia sinais sonoros, sei que nas pedreiras aquando do uso de explosivos há um sinal sonoro, para informar a população em redor que será feita a descarga.

Nada disso se passou na minha terra e deixo aqui, propositadamente, para ficar registado em Ata da Assembleia Municipal, para que a Senhora Presidente nos dê um esclarecimento, sobre o que se está a passar a nível de licenciamento. Se há ou não e se houver, que nos disponha para termos em Sede de Junta de Freguesia.

O Executivo já recebeu a empresa, mais que uma vez, em Reuniões, porque não trazê-los aqui à Assembleia para dar um esclarecimento ao público daquilo que se está a passar com o Projeto da Prospecção? Se é que é Prospecção.

Outro assunto que é transversal, a nós Presidentes de Junta, é a questão da não resposta. Mandamos as coisas por escrito, e-mail ou via ofício por carta registada, mas não se obtêm respostas. Já sabemos que à partida, a resposta mais certa é o “não”, mas tenham um pouco mais de tempo para nós, não é só mantermos a nossa campanha, pois estamos no ano de tomada de posse, mas a campanha ainda não acabou, ainda está no ativo.

O assunto que vou agora referir tem só a ver com a minha Freguesia. No passado mês de março, houve uma denúncia por parte de alguém da Freixeda por causa de uma casa em ruínas. Esta denúncia não foi por acaso, pois trata-se de uma casa em ruínas que está em frente a um Turismo Rural que foi aberto há sensivelmente dois anos. Fui contactado pela Equipa da Proteção Civil, neste caso, o Técnico da Proteção Civil *Armando Cepeda*, para saber quando os poderia receber para irem localizar a situação. Passado cerca de dois dias, foi ao local a Coordenadora da Proteção Civil *Maria Gouveia* e o Técnico da Proteção Civil *Armando Cepeda* e fomos logo ver a situação. Alertei logo que se realmente aquilo estava a incomodar muita gente, teríamos que fazer um levantamento de todos os locais que estão iguais ou pior que o referido na denúncia.

Colocaram-se umas fitas que pouco ou nada valem e até agora, como Presidente de Junta, não sei se há algum processo a decorrer, se há alguma diligência a fazer ou não. Gostava então, que a Senhora Presidente nos respondesse a esta situação.

Para terminar, dizer que tenho 40 anos, considero-me ainda uma pessoa jovem e ver pessoas que vêm aqui dizer “venho aqui porque estou a dar a voz ao povo”, mas que “voz ao povo”? Quantas Freguesias é que a CDU já ganhou no nosso Concelho desde o 25 de abril, para governar?

Estou a falar por mim, cada um diz aquilo que entender e julgam-me como entender.

“Voz ao povo”? É ético, é democrático o que foi feito com o *Passos Coelho*?

“Voz ao povo”? Depois querem apelar a que não haja abstenções nas eleições? O que é que eu e o resto da Direita fomos às urnas a votar, meu amigo?

Isso foi “dar voz ao povo”? Os derrotados é que ficaram a governar. Sim, porque a Constituição assim o permite. Correto, mas não me digam que isso é “dar voz ao povo”.

Isto é como num campeonato de futebol, os últimos cinco da lista, vão juntar os pontos todos e virar-se para o Benfica ou para o Porto. Não me venham cá falar de valores.

Também para a Senhora Presidente, falarmos de ética? Cuidado Senhora Presidente. Você andou a corromper a minha bancada quando foi para a instalação desta Assembleia. Quarta-feira, antes da instalação, um braço-direito seu à minha porta no Variante, garantiu-me que isto estava no “papo” e que já tinha três dos nossos “virados”. Isso é ética? Poupe-me!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal e restantes Executivo, Excelentíssimos Deputados Municipais, Público em geral.

Nem sei o que dizer ao meu amigo *Agostinho Beça*. Eu também sou Professor e sou frontal para as pessoas, amigo *Agostinho Beça*. Já me conhece há 60 anos, sabe aquilo que eu fazia e aquilo que eu sempre fiz. Dar-me lições de moral, se calhar, ultrapassou a chamada “lista vermelha” e eu não contava isso de sua Excelência. Fico por aqui, porque tenho grande estima por si.

“Como Mirandense e cidadão desta terra, tenho o direito à indignação por aquilo que fizeram na minha terra na Rua do Rosário onde nasci, onde nasceu também o meu amigo *Agostinho Beça*, onde brinquei, são as memórias que estarão sempre

comigo. Deram cabo dum signo visual, destruíram uma imagem característica da cidade de Mirandela, o “Quebra-Costas”, fiquei estupefacto com a demolição a um fim-de-semana.

Eu quando nestes espaços intervenho, o Doutor *Pedro Amaral* da DRCN, pede-me antes da intervenção, um inventário arqueológico.

Existe no licenciamento do projeto de demolição conforme a Portaria, que o Senhor Arquitecto, agora *Ortega*, que tanto invoca e muitas vezes não cumpre, que é a Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril?

Aqui demoliram e meteram o inventário arqueológico, talvez na gaveta, não sei. E bateram palmas durante o fim-de-semana, não sei.

A Câmara na altura tinha um Diretor “TIPO” Geral, pergunto, interveio no processo? Quero saber e tenho direito a saber.

Ao Vereador responsável, pergunto, “avisou”? Se não avisou existem responsáveis, quais são os responsáveis?

Eu passo ali diversas vezes e é um abandono total. Quais os procedimentos administrativos e jurídicos que a Senhora Presidente realizou? Então, se não realizou, não fez aquilo que lhe competia. Deveria ser questionada e por isso, eu a estou a questionar.

Pelo que compreendi na altura, o Senhor Presidente *António Branco* fez um auto de embargo à respetiva obra, logo numa segunda-feira quando soube desta demolição.

Termino dizendo: Hoje pergunto à Senhora Presidente da Câmara, passado mais de um ano, dessa respetiva demolição, quais as diligências que esta Câmara tomou em relação à mesma? Existem penalizações? Houve alguma? Quais foram as iniciativas tomadas por esta Câmara em termos de legislação? Dá-se cabo do património e tudo fica amigo, como se nada tivesse acontecido.

A Portaria, que o Sr. Técnico tanto invoca agora, a Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, é para ser cumprida ou só a cumprem alguns? Não sei, a Senhora Presidente é que tem que me esclarecer disso.

Mais, pensa-se que a antiga muralha passava nas escadas do “Quebra-Costas”, Rua do Rosário, ficou em “cacos”. Uma rua tradicional de Mirandela ficou em “cacos”.

Trago aqui a Portaria e as fotografias. Quero que estas fotografias sejam anexadas à Ata!

“Agora, para terminar, pedia à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que tratasse deste assunto que lesa a Cidade de Mirandela e o Património do Concelho, fala-se tanto em reabilitar, requalificar, vivificar, é só palavras;

As diligências que vai a Câmara Municipal tomar em relação à Demolição, se existem penalizações, quais? Ou se houve alguma, porquê?

Quais foram as iniciativas tomadas por esta Câmara a que Vossa Ex.^a preside em termos de legislação? Dá-se cabo do património e não se cumpre a Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, é para ser cumprida ou só a cumprem alguns?

Dar conhecimento à DRCN.”

Falo numa outra coisa, pois ainda tenho tempo.

Fico estupefacto que antes da Campanha Eleitoral, falava-se muito de um pavilhão que estava no Parque Avenida, eram as pessoas do PS que falavam nisso. Existia lá o pavilhão, que aquilo era uma “aberração”, tenho amigos em todo lado que diziam que “aquilo é uma vergonha”, o “PSD é uma vergonha” e agora, o PS não é uma vergonha? Continua lá.

O meu querido amigo *Agostinho Beça* veio para aqui falar nisto, mas a Política é a mesma, não mudou nada. “O outro caminho” é uma utopia, meu querido amigo. É uma utopia!

O meu pai dizia: “Para sermos verdadeiros e frontais, temos que ter conhecimento”. As pessoas aqui, não têm conhecimento e porquê? Porque não têm ética, não têm valores, não têm lealdade, não têm responsabilidade e continua lá o pavilhão.

Se calhar até está aí o senhor. Eu não tenho nada contra o senhor, ele ocupou um espaço que está ilegal.

Vem cá o novo Arquitecto, um *Homo sapiens* da Ciência que faz um relatório em que a Senhora Presidente aprova esse relatório, bem como o Vice-Presidente, para ele ocupar um espaço que não pode ser ocupado, porque tem que ter, e isso é obrigatório por Lei, Parecer Vinculativo da Direção Regional da Cultura do Norte.

O que está a fazer a Câmara é uma ilegalidade pura. Porque fazem isso? É uma ilegalidade pura. Disse.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:** Boa tarde. A prova de que as coisas vão mudando é que tinham-me inscrito e eu disse que não estava inscrito, depois já não estava inscrito, mas pedi para me inscrever e porquê?

Tudo aquilo que nós aqui dizemos e fazemos é testemunhado por todos os que aqui estão, portanto, não admito ao Senhor *Agostinho Beça*, e vou-lhe dizer: Sou Professor, sou Presidente de Junta e ocupo outras funções que não são para aqui chamadas. Não venho aqui, eu próprio, avaliar-me das minhas categorias, da minha boa educação, do meu bom profissionalismo e de outras coisas mais, mas posso-lhe dizer isto, porque são factos, precisamente três factos.

Primeiro: Porque estão aqui muitos Professores, sou Professor e na minha carreira tenho uma avaliação de Excelente. Pode ir comprovar isso.

Segundo: Sou Presidente de Junta e ganhei sete eleições com maioria absoluta.

Terceiro: O Senhor Engenheiro *Agostinho Beça* veio aqui dizer, cerca de quatro vezes, que “não faz isso a ninguém”, todos são testemunhas. Então vou-lhe dizer, pois fez-me isso a mim próprio. Aqui, há 20 dias, apresentei um Moção e que eu saiba, o Senhor Presidente da Mesa estava em funções e estava a mandar-me calar, sim senhor, mas o Senhor *Agostinho Beça* levantou-se várias vezes, para ir ao micro e que chegou a dizer: “na próxima Assembleia trago um discurso para 20 minutos”.

Está a ver Senhor *Agostinho Beça*? Deixemos que os outros avaliem os nossos comportamentos, atitudes e educação, porque este é um facto irrefutável. Quem esteve aqui presente, presenciou isto. Era só.



----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Dizer que estamos quase na reta final, ainda falta a intervenção do público, a que estamos dispostos a dar todas as respostas.

Começo por dizer que relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, não tenho nada a dizer, aliás, quanto à referência que fez ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, julgo que obterá resposta por parte dele.

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado *António Figueiredo*, dizer-lhe que a demolição no “Quebra-Costas” foi realizada/efetuada quando ainda não estávamos em funções, portanto, foi o anterior Executivo que realizou a demolição. Julgo até que foi na última semana de setembro, sendo que nós tomamos posse em outubro de 2017.

Em relação aos procedimentos que estão a ser tomados, quer procedimentos Administrativos, quer procedimentos Jurídicos, foi levantado um Auto de Contraordenações que está a ser processado pelo nosso Gabinete de Apoio Jurídico. Houve também a visita de um Arqueólogo, onde referiu que não houve um impacto relevante na área do arruamento. De qualquer forma, esta demolição já tinha sido realizada pelo anterior Executivo, antes da nossa tomada de posse, como referi anteriormente.

No que diz respeito à Direção Regional da Cultura do Norte, já tem conhecimento desta situação, estando a decorrer o processo de Contraordenação.

Relativamente ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, *António André Geraldo*, que referiu a questão das minas, dizer que soube desta situação através do Senhor Presidente de Junta. O licenciamento das minas é uma competência da Direção-Geral de Energia e Geologia.

A empresa proprietária das minas mudou, ou seja, foi vendida. A anterior empresa esteve na Câmara Municipal, disse-me inclusive que existia uma excelente relação com a Junta de Freguesia, porque o próprio Presidente da Junta era funcionário da empresa e que trabalhava com eles há algum tempo. Parecia-me até que exista falta de informação na Câmara Municipal, porque não existia nenhum *dossier* sobre a exploração das minas na Freixeda, mas que existia uma proximidade muito grande com a Junta de Freguesia.

Em relação ao estudo do impacto ambiental, como lhe disse, diz respeito à Direção-Geral de Energia e Geologia. O único contacto que os proprietários da empresa tiveram com a Câmara era a solicitar colaboradores para a empresa, sendo que temos agendada uma Reunião, não sei a data ao certo, mas através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, poderemos dar-lhe toda a informação.

Relativamente às casas em ruínas dizer-vos que é outra área que teve um avanço significativo da Proteção Civil, pois existiam muitas situações que não estavam elencadas, avaliadas e identificadas, sendo que a equipa da Proteção Civil tem feito um trabalho fantástico, inclusive têm-se deslocado a todas as juntas de Freguesia fazer esse levantamento.

Neste momento, temos 70 notificações a proprietários e o processo de que fala, dizendo que as fitas não resolvem nada, é verdade, mas criam um perímetro de segurança.

De qualquer forma, somos obrigados a fazer a notificação ao proprietário, caso o proprietário não faça a demolição e estando o imóvel em ruína, nós tomamos Posse Administrativa e procedemos à demolição. Isto aconteceu na Torre de Dona Chama, vai acontecer numa casa aqui em Mirandela, porque representa um risco para a segurança das pessoas e bens.

O que vos posso dizer é que esta equipa de Proteção Civil, dos Sistemas de Informação Geográfica e a Equipa Florestal, para além de agora virem a ter cinco Sapadores Florestais, têm feito um trabalho relevante, diferente e constante no território. É óbvio que não podemos acolher a todas as situações, mas todas as situações de emergência estão identificadas, Georreferenciadas e isso é muito importante no planeamento, porque uma das lacunas que temos no nosso Município é o Planeamento das Ações, ou seja, temos que planear para podermos executar dentro dos prazos que temos.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, ao contrário do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu já me senti ofendida aqui na Assembleia Municipal. Não é preciso dizê-lo, porque as Atas avaliam bem os nomes que me chamaram, mas não é por isso que vou fazer igualmente esse tipo de tratamento. Não sou assim, faço política que gosto e que sei, portanto, o respeito pelas pessoas para mim é fundamental, porque fui educada assim.

Em relação ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *Bernardino Pereira*, felicita-lo pelas “7 Maravilhas”, acho que foi um trabalho exemplar em parceria com a Câmara Municipal, mas organizado pela Desteque e pelo restaurante “Maria Rita” do Romeu. Quanto aos convidados, a primeira eliminatória foi em Odemira em que apareceram algumas pessoas que não estavam convidadas, apareceram inclusivamente Mirandelenses que viviam ali perto e que se quiseram associar à festa.

O Presidente de Junta de Mirandela estava a passar férias no Algarve e foi até Odemira para partilhar connosco essa situação. Não sabíamos se íamos ganhar, mas acho que o mais relevante é que temos mais uma Maravilha e que temos um território de Maravilhas. Desta última vez e porque era a Final, foi enviado um *e-mail* para todos os Presidentes de Junta para se poderem associar ao evento, óbvio que o Algarve não é “já ali”, portanto, tomei a liberdade de lhe telefonar e perguntar se ia ou não. Não foi para o convidar, porque o convite já tinha seguido via *e-mail* há alguns dias atrás.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *Cristina Passas*, foi uma situação de referência na anterior Sessão da Assembleia Municipal e penso que tenha ficado resolvida pelo Senhor Presidente.

O Senhor Deputado *Jorge Humberto* falou na Semana Europeia do Desporto, a Câmara Municipal de Mirandela teve na semana anterior a Semana da Mobilidade que contou com bastantes eventos, sendo uma semana muito ocupada. Temos nesta fase, todos os Técnicos a preparar o lançamento desta época desportiva e temos também muitos Técnicos ligados à piscina, uma vez que, como os Senhores Presidentes sabem, vamos alargar a Hidroginástica a todas as Freguesias. Eram poucas as Freguesias que estavam a fazer isto, portanto, estamos a aguardar as respostas de poucos, mas ainda aguardamos respostas.

Esta foi a justificação, vamos ter em atenção esta preocupação e certamente que o Desporto não ficará esquecido em Mirandela, porque temos uma cidade muito ligada ao Desporto, o que é ótimo. Julgo até que só a Presidente da Câmara não faz Desporto em Mirandela, mas prometo que vou melhorar essas competências.

Em relação ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer-lhe que as críticas que faz são muito básicas e falo em básicas, porque não fala em nenhum projeto. Disse-me agora que nesta Assembleia vêm fazer propostas, julgo que as propostas poderiam ter vindo antes, mas nunca é tarde para as fazer e vão certamente ser aceites, colhidas e também ouvidas no próximo Orçamento para 2019.

Em relação aos desalojados, não percebi, mas suponho que seja a instalação dos GIPS na Quinta do Valongo. Relativamente à ladainha e à falta de cultura Democrática, não sei a quem é que se refere e porque se refere a isso. Lamento que tenha falado que “em Política não existem Heranças”, porque eu não herdei nada, eu trabalhei para poder ganhar. Sei quem herdou e sei que a vida esteve facilitada para muitos, mas para mim nunca foi fácil fazer Política em Mirandela e conseguir o que conseguimos com o trabalho que fizemos, com muito trabalho, com muita dedicação, portanto, acho que desvalorizar o trabalho dos outros fica sempre mal.

Eu nunca herdei nada em termos políticos, foi tudo conquistado. Ninguém me deixou a Câmara, fomos nós que lutámos para poder ganhar as eleições e contávamos com uma Oposição crítica, mas crítica com determinadas matrizes de pensamento e de propostas como alguns Senhores Deputados fazem e não é a crítica pela crítica. Sei fazer a diferença entre os Senhores Deputados que fazem crítica positiva, que fazem uma crítica para construir e não para destruir. É disto que precisamos, de propostas para resolvermos os nossos problemas.

Para terminar, quero dar pequenas informações, se me for permitido, Senhor Presidente.

Dizer então que se está a preparar um Contrato sobre a Estação de Mirandela com as Infraestruturas de Portugal.

Vamos ter, para o ano, intervenção de qualificação numa estrada Nacional, aqui no Concelho de Mirandela, pela IP. É uma estrada Nacional bastante movimentada e com o piso bastante mau.

Estamos também preocupados com algumas ligações entre Juntas de Freguesia, onde temos pisos muito maus. Estão identificadas essas ligações e a qualificação das estradas vai ser essencialmente a nível do piso.

Em relação ao Metro Ligeiro de Mirandela, já temos feito o contrato com a CP, vai haver o pagamento de 350 mil euros de pagamentos em atraso. Julgamos que até ao final do ano, o Metro poderá terminar com as contas todas pagas, quer a taxistas, colaboradores e à Câmara Municipal. Sendo o Metro Ligeiro de Mirandela 90% da Câmara Municipal e 10% do Metro, este tem dívidas à Câmara, uma vez que a Câmara tem feito adiantamentos ao Metro para suportar os custos dos colaboradores, Segurança Social e outros associados.

Foi feito um Acordo coletivo de trabalho com os sindicatos do Metro Ligeiro de Mirandela, porque são operadores de máquinas, sendo que houve um aumento do salário. Foram dois dias de negociação, mas chegamos a um acordo e acho que tenha sido um bom acordo para ambos os lados.

Relativamente à retirada do lixo do Cachão, julgo que durante a próxima semana estarão prontos os devidos camiões para a retirada. Foi-nos prometido que os 120 dias não iriam ser consumidos e que essa situação seria feita antecipadamente. Não tem sido um processo fácil, pois são depósitos difíceis, alguns com acessos complicadas e a Providência Cautelar veio atrasar um pouco o processo.

Há 35 anos que não existe uma avaliação/vistoria à Ponte Machado Vaz, a nossa “Ponte Nova”. Chagamos à conclusão que a IP não é proprietária da Ponte, já passou há 25 anos para a tutela da Câmara Municipal de Mirandela, sendo que vamos fazer uma avaliação da “saúde” desta Ponte, para podermos ter a garantia da segurança da mesma. Infelizmente chegamos ao ponto dos nossos Técnicos dizerem que a competência era da IP e a IP dizer que a competência era do Município. Imaginem que existia um “vazio” que penaliza o Município, porque quem passa lá somos nós, não são os da IP, pelo menos diariamente.

Neste momento, o Senhor Vereador *José Cunha* foi reunir com os Técnicos da empresa, que normalmente a IP contrata para fazer essa avaliação. Foi conversado com as Infraestruturas de Portugal que não temos condições para fazer obras, não temos condições para avaliar, portanto, eles vão garantir o controlo e a monitorização das pontes, que é uma plataforma que existe desde que houve aquela desgraça da ponte Entre-Os-Rios.

Estou em crer que durante as próximas semanas teremos a avaliação, sendo que eles se comprometeram a fazer as obras que sejam necessárias e caso seja necessário iremos fazer o esvaziamento da albufeira.

Isto foi só para vos dar esta informação, porque eu também não sabia que eramos responsáveis por uma ponte, que não era nossa nem era da IP, mas afinal era nossa. Vão ser eles a fazer o controlo, porque têm uma plataforma de controlo de todas as pontes e obras de arte. A nossa ponte não é uma ponte qualquer, é uma ponte já com dimensão, tráfego e com passagem de muitas toneladas de camiões, portanto, eles assumiram que iam fazer o controlo e a monitorização, o que nos liberta desta responsabilidade.

Relativamente às Concessões, no que diz respeito às Mini-hídricas, aos espaços de restauração, quando o Senhor Deputado *António Figueiredo* falou no senhor do pavilhão, de facto nada era pago, por isso, estamos a fazer acordos para com todos aqueles que tinham concessões atribuídas pela Câmara Municipal, possa a Câmara Municipal ser ressarcida.

Em relação às contas da água, todos conhecerão algumas situações. Temos situações de muitas pessoas individuais com contas de água de muitos anos, temos também o Agrupamento de Escolas de Mirandela que deve à Câmara Municipal 150 mil euros em água, por isso, há uma série de situações que estamos agora a tentar arrecadar receitas.

A arrecadação de receitas pela Câmara Municipal é fundamental para a “saúde financeira” da mesma. Não vale a pena só trabalhar com as receitas do Estado, temos receitas próprias que temos a obrigação de cobrar. Obrigada a todos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Obrigada Senhora Presidente. Mais uma vez, para não ficar nada por dizer, registamos quatro Deputados que querem intervir sobre o assunto. Espero que não continuem com as perguntas, porque depois a Senhora Presidente tem que responder e vamos acabar por alongar a Sessão. Sejam breves e objetivos, por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara.

Senhora Presidente, a minha intervenção foi uma análise política normal, não tenho que apresentar propostas nem projetos. Não é um discurso do Estado da Nação, porque não tinha essa pretensão, foi uma análise política. Não falei em GIPS nem em desalojados, não falei em nada disso.

Sobre a dívida da água do Agrupamento de Escolas de Mirandela, Senhora Presidente, é um equipamento com 60 anos, aconteceram fugas de água que ninguém detetava e a Escola Secundária não gasta assim tanta água. Vem mencionar essa verba e essa dívida a esta Assembleia?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** A Senhora Presidente não me respondeu a uma pergunta básica que eu lhe fiz. Estou-lhe a dizer com toda a sinceridade e honestidade, que falo para a Senhora, por isso, a Senhora responda-me também com sinceridade e honestidade. É só isso que lhe peço, pois isso é que é Conduta Democrática. Pedi à Senhora Presidente que me dissesse se o edifício dos enchidos está aprovado pela Direção Regional da Cultura do Norte.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) disse:** Desde a intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça* que tenho estado a pensar se deveria ou não intervir. O representante da nossa bancada diz que não, mas eu tenho mesmo que intervir.

Tenho 74 anos de idade e uma vida de trabalho de mais de 45. Tenho a minha família, tenho três filhos e oito netos, para os quais sou um herói, até ao momento em que ouvirem alguém chamar-me de pistoleiro. Considero-me abrangido, porque o senhor referiu vagamente alguém, mas não disse quem. Se o senhor apontasse o dedo a alguém, eu imediatamente me levantaria, apoiava-o e pedia ao Senhor Presidente da Mesa que chamasse a polícia para por o pistoleiro fora destas instalações.

O Senhor insultou os Deputados da minha bancada, insultou os seus, porque o Senhor não disse quem era, insultou o público que nos está a assistir, não sei se ainda está cá o elemento da Comunicação Social, mas também foi insultado.

Senhor Deputado, o Senhor não me conhece e eu conheço-o a si destas “nossas andanças”. Exijo-lhe um pedido público de desculpas pelas suas palavras, pelo insulto que nos fez. Estou profundamente indignado e não admito a quem quer que seja, que coloque em dúvida a minha integridade e honestidade. Ao longo da minha vida tenho representado funções diversas e nunca ninguém teve a ousadia de fazer o que o Senhor fez. Assim, exijo pública desculpa, deste Senhor.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, António André Geraldo (PSD) disse:** Mais uma vez, boa tarde à Mesa, Executivo e público em geral.

Esta intervenção que vou fazer é no sentido de dar um esclarecimento a quem está presente, relativamente ao que foi dito pela Senhora Presidente.

Eu não trabalho para a Minaport nem para a Mineda, eu trabalho todos os dias na exploração que é da minha família, faço prestação de serviços para várias pessoas e não trabalho para a Mineda. Tenho um único acordo e vou clarificar aqui o acordo que tenho com a Minaport, nem é com a Mineda, é com a Minaport.

À parte de ser Senhor Presidente de Junta, já colaborava com a Minaport desde 2007. A empresa foi vendida, cujas negociatas eu desconheço, sei que a empresa foi vendida e os senhores apareceram aqui de “para-quebras”, há cerca de três anos. Quando começaram a tomar o projeto da Freixeda, fazendo pesquisas em vários locais, à parte de eu ser Presidente de Junta, eles tinham necessidade que eu andasse com os contactos e leva-los aos proprietários, inclusive, das aldeias em redor, pertencentes ao nosso concelho e ao concelho de Vila Flor. Tive tardes inteiras em que almoçava à pressa para ir com eles, nas carrinhas, para se falar com os senhores das diferentes aldeias.

Fiz um acordo e não tenho nada a esconder. Eles queriam colocar-me a trabalhar na mina do Freixo de Numão e eu disse logo que não estava disponível para isso. O que eu poderia fazer, quando trabalhassem a sério na minha terra, era dar alguns dias de trabalho por semana, mas só depois da campanha da azeitona, ou seja, em fevereiro ou março deste ano presente. Coisa que não aconteceu, infelizmente, porque eles vinham com a “força toda” e o trabalho foi “por água abaixo”.

Eu tinha o negócio, que a maior parte das pessoas conhece, da minha família na aldeia, reativei-o, porque estava fechado, dia 8 de janeiro deste ano.

Nos primeiros dois meses aquilo correu “mais ou menos”, fornecemos-lhe gasóleo e refeições, mas por volta do 15 de março, aquilo foi tudo “por água abaixo”.

O único acordo que tenho com eles e que está a ser feito, é que eles me estão a fazer descontos sob o ordenado mínimo para a Segurança Social, pois então não recebo um único cêntimo por mês dessa empresa.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:** Muito obrigado. Vai ser dada a palavra ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, que aceitou usar da palavra em repto da intervenção do Senhor Deputado *Jorge Pires*, para encerrar este ponto da Ordem de Trabalhos.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Senhor presidente, Senhores Deputados, caríssimos concidadãos.

Vou referir quatro pontos apenas e são muito rápidos.

Relativamente à questão das chicletes e dos chocolates, eu não me referia ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, mas apenas queria dar exemplos de maus comportamentos que eu acho que indignam qualquer Professor, portanto, sabendo que é Professor reitero isso.

Quanto ao meu grande amigo *António Figueiredo*, de facto nós andamos a “esfolar os joelhos” rua acima, rua abaixo, na Rua do Rosário, mas eu não nasci lá, já não me lembro de quando fui para lá viver. Eu nasci em Golfeiras, em casa dos avós paternos, numa casa agrícola que hoje é a casa “Melo Materiais de Construção”.

Relativamente ao Senhor Presidente e Deputado *Paulo Pontes*, o que eu dizia que “não faço a ninguém” ou evito ao máximo, é perturbar o discurso quando alguém está no uso da palavra. Não é o mesmo que vir ao microfone, como já tive oportunidade de explicar.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Pires*, efetivamente e de forma pensada, em lugar algum me referi à bancada de vossa Excelência, ou seja, a Ata há de dizer isso. Quem quiser averiguar, eu irei repetir as palavras que usei quanto a isso, dou-me a esse cuidado.

“O Senhor não me conhece”. Eu também não o conhecia, a não ser que se lembre bem, mas nós já nos conhecemos, num processo em que eu era instrutor, relembre-se, na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. Conhecemo-nos aí, pela primeira vez, depois poderei explicar-lhe em privado, pois não acho próprio estar a explicar-lhe aqui.

De qualquer modo, o resto da bancada conhece-me bem. Nasci aqui, vivi sempre aqui, tenho 61 anos e também tenho dois filhos, não tenho é netos, infelizmente, adorava ter.

Quando vossa Excelência se dirige à plateia da Assembleia Municipal dizendo que eu não o conheço, acho que me sinto à vontade para lhe dizer o mesmo, pois também não me conhece, nem conhece o meu carácter. O resto da bancada conhece-me bem, nomeadamente, como já referi, o meu grande amigo de infância, que se calhar é a pessoa com quem me relaciono há mais anos aqui dentro, porque somos da mesma idade e como disse, andamos muitas vezes rua acima, rua abaixo a “esfolar os joelhos”.

Vou-lhe repetir o que disse, porque eu tenho o cuidado, quando preparo as minhas intervenções, não deixar margem para ser atacado, porventura, em juízo.

Falei nos “corredores”, não falei na Mesa, não falei na Assembleia. O que eu disse foi: “mas não é fácil contrariar estas afirmações da voz do povo, quando reina um certo clima de arruaça nos corredores”, não disse “aqui dentro”. “Com atitudes de ameaça que mais parecem trauliteiros de pistola à cinta”, eu não afirmo que são. Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Ferreira* disse:** Findas as intervenções, pergunto à Senhora Presidente da Câmara se pretende responder a esta últimas intervenções suscitadas.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Muito rapidamente, só para esclarecer que relativamente à dívida da água, foi estabelecido um contacto com a DGEstE, por isso, em princípio, em vez de fazerem o pagamento da água, que é real e não tenho porque o esconder, porque em nome da transparência temos que falar em algumas situações. Em princípio a DGEstE vai resolver esta questão e este problema.

Relativamente às questões que o Senhor Deputado *António Figueiredo*...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Ferreira* disse:** Pedimos silêncio, por favor, para ouvir a Senhora Presidente que está no usa da palavra, para dar as devidas explicações.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** ... O Senhor Deputado *António Figueiredo*, como Arquiteto deverá saber muito sobre este processo, da Casa dos Enchidos. Não está licenciado, foi informada a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica - ASAE e o Departamento Central de Investigação e Ação Penal - DCIAP e chegou à nossa posse uma notificação das nossas equipas de fiscalização, dando conta da ausência do licenciamento. Após isto, elaborei um Despacho, portanto, quer na ASAE, quer no DCIAP está a decorrer um processo. Na Direção Regional da Cultura do Norte também já está identificada esta situação, por isso, estamos a aguardar que as entidades façam o seu trabalho, que vai depender deles próprios.

Relativamente ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, *António André Geraldo*, em relação ao processo das minas não conheço de todo o processo com o Senhor Presidente da Junta. Sabia porque ele próprio me disse e também a empresa que estava antes desta nova empresa. Com toda a certeza vamos saber mais sobre esta situação, porque para além deste investimento nas minas da Freixeda, temos também um investimento no Parque Eólico na Serra dos Passos, portanto, temos dois grandes investimentos no concelho, que certamente trarão postos de trabalho e desenvolvimento. Vamos ver como as coisas correm e depois passaremos todas as informações.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Ferreira* disse:** Fica assim completo este ponto, “Outros Assuntos do Interesse para o Município”, pelo que se dá por encerrado.

Intervenção do Público

6 - Público - Período de Intervenção.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Ferreira* disse:** Passamos para o último ponto, ponto 6 da Ordem de Trabalhos deste dia, que é a “Intervenção do Público”, pelo que perguntamos se algum cidadão se quer inscrever. Se assim for o caso, dirige-se ao microfone, indicando o seu nome e o assunto que quer tratar.

----- **O Senhor Município *António Madureira* disse:** Boa tarde Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e Comunicação Social.

Venho aqui mais uma vez, para tirar umas dúvidas com o Presidente de Abambres da “Geringonça”.

Acusou-me de um caso grave, já tive uma Reunião com a Senhora Presidente da Câmara e com ele, e gostaria que estivesse lá o Senhor Vereador *Manuel Rodrigues*, que não compareceu, o que me levou a vir aqui, porque ele tem que esclarecer um caso destes.

Só queria dizer aqui ao Senhor Deputado do PS, que me acusou aqui, que eu venho aqui de vingança. Eu não venho aqui com vingança de ninguém, venho aqui defender a minha dignidade, a minha honra e a Freguesia, porque que só vejo pessoas com interesses pessoais naquela Freguesia e acusarem-me de uma coisa gravíssima de que estou acusado.

Marquei uma Reunião com a Senhora Presidente da Câmara, como já disse, e com o Senhor Vereador *Manuel Rodrigues* que não compareceu, como não compareceu vim aqui para tirar dúvidas.

No dia 29/09/2018, pelas 20h, o Senhor Presidente da Junta de Abambres acusou-me de uma coisa gravíssima, na Assembleia de Freguesia e terá que o justificar em sítio próprio. Quem me pode responder é o Senhor Vereador *Manuel Rodrigues*, derivado ao dinheiro das igrejas de Avantos, Guide e Abambres, onde ele diz que vieram 300.000,00€ para as três igrejas.

Eu falei muitas vezes aqui ao Senhor Presidente da Câmara e há aqui testemunhas disso, como é que estavam as obras da igreja de Abambres. Disse-me que andavam na dos Avantos, passariam para a de Guide e a seguir seria a de Abambres, mas eu respondi-lhe: “É que eu sou do CDS, porque se fosse do PSD a igreja se calhar até seria das primeiras”, porque ele em quatro anos nunca foi a Abambres.

Agora queria saber, os 100.000,00€, que diz que eu não quis receber, está aqui escrito por ele, para benefício da igreja e que nunca mais vai ter essa oportunidade. Queria que o Senhor Vereador *Manuel Rodrigues*, que explicasse aqui, pois eu falei lá muitas vezes no gabinete, porque eu tenho mais tempo de horas no gabinete dele do que na Junta de Freguesia.

Queria que explicasse aqui, derivado a esse dinheiro, que ele prometia-me que as obras iam andar depois das obras na igreja de Guide. Afinal, nunca andaram, por isso, queria que me explicasse aqui, para onde é que foi esse dinheiro. Onde é que estão os 100.000,00€ da igreja de Abambres, como diz o Senhor Presidente da Junta de Abambres.

Tenho aqui mais uns documentos da igreja, que isto é dos Municípios, não sei porque a igreja dos Avantos foi inaugurada, está cá o Presidente da Câmara e não está o Presidente da Junta do Romeu. É engraçado, não é? Como é que isto pode ser das Juntas de Freguesia e o Presidente da Junta do Romeu não foi convidado para a festa dos Avantos? Se lá esteve, não sei, aqui não está, aqui no papel não está.

Gostaria de saber se o Presidente da Junta da Torre se sabe de alguma coisa, se recebeu também 100.000,00€ para a igreja.

A Senhora Presidente ficou de me tratar deste assunto, estou-lhe em agradecimento por me ter recebido e como isto não pode ficar em vão, pois está aqui escrito por este Senhor, que eu sou o culpado de não receber 100.000,00€. Ele anda a fazer política, porque ele quer mandar e não é bem ele, é a seita que tem ao lado dele, mas isso fica para depois.

Estou aqui a dar a cara e gosto de falar na frente das pessoas. Queria que o Senhor Vereador *Manuel Rodrigues* me explicasse o caso dos 100.000,00€.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Não existindo mais intervenções por parte do público, chegamos ao fim desta maratona.

Dizer que os auspícios eram maus, pelo início da manhã, mas a Diplomacia ganhou mais uma vez esta Assembleia e prova que “aquilo que nos une é muito mais forte do que aquilo que nos separa”. Muito obrigado.

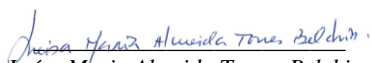
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 16 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal


Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário


José António Costa Ferreira